



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL
E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

ELIZIENE BARBOSA COSTA

PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual

São Luís
2023



ELIZIENE BARBOSA COSTA

PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) - Ponto Focal UFMA.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson de Almeida Rocha

Coorientadora: Profa. Dra. Suênia Oliveira Mendes

São Luís
2023



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Eliziane Barbosa.

Propriedade intelectual para a comunidade acadêmica :
material didático com recursos de acessibilidade para
pessoas com deficiência auditiva e visual / Eliziane
Barbosa Costa. - 2023.

101 f.

Coorientador(a): Suênia Oliveira Mendes.

Orientador(a): Jefferson Almeida Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia Para
Inovação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2023.

1. Acessibilidade. 2. Deficiência auditiva. 3.
Deficiência visual. 4. Material didático. 5. Propriedade
intelectual. I. Mendes, Suênia Oliveira. II. Rocha,
Jefferson Almeida. III. Título.



ELIZIENE BARBOSA COSTA

PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) - Ponto Focal UFMA.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Almeida Rocha (Orientador)
Membro Docente Ponto Focal PROFNIT/UFMA

Prof. Dra. Ligia Barros de Freitas
Membro Docente Ponto Focal PROFNIT/UEMG

Prof. Dra. Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit
Membro Externo - Mercado

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me permitir estar aqui vivendo esse momento.

Aos meus filhos, Isabella e Mateus, por quem sempre busco o melhor.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jefferson Almeida Rocha, por ter aceitado essa missão, dando o suporte necessário para que eu pudesse concluir esta etapa.

À minha coorientadora Dra. Suênia Oliveira Mendes, pelas valiosas contribuições, palavras de incentivo e apoio durante a jornada.

Ao LabRadio da Universidade Federal do Maranhão, na pessoa do Saylor Sousa, radialista e sonoplasta, pelo auxílio na gravação dos áudios.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) – Ponto Focal/UFMA.

Ao Instituto Florence de Ensino Superior, na pessoa da Profa Dra. Rita Ivana Barbosa Gomes, diretora geral, que autorizou a utilização do Estúdio de gravação.

À Diretoria Integrada de Bibliotecas, na pessoa da Profa. Dra. Cenidalva Teixeira, demandante do material didático produzido.

À Etã Joel, Renan Pires e Victória Chaves, profissionais que colaboraram na edição do material, interpretação em Libras e Audiodescrição, respectivamente.

Às minhas queridas amigas e colegas de trabalho: Amanda Belfort, Erlane Alcântara, Gracelyne Oliveira, Jousiane Leite, Marcia Cristina Pereira e Neli Lima, pelo companheirismo, amizade e ajuda durante essa jornada.

À minha querida Joseana Costa Lemos, bibliotecária e membro da Comissão Intersetorial de Acessibilidade da UFMA, pelo apoio, durante a elaboração deste trabalho.

À minha sobrinha e grande amiga, Carolina Ladeira, pela colaboração e apoio em todas as etapas.

A todos, que de alguma forma ajudaram, em oração ou palavra de incentivo, meu muito obrigada!

COSTA, Eliziane Barbosa. **Propriedade intelectual para a comunidade acadêmica**: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual. 2023. 101 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo contribuir para a democratização do acesso à informação, bem como para a difusão da cultura da propriedade intelectual por meio da elaboração de material didático acessível sobre propriedade intelectual para a comunidade acadêmica com deficiência auditiva e visual da Universidade Federal do Maranhão. As bibliotecas universitárias são importantes espaços para a construção do conhecimento, por meio delas, são ofertados insumos para a geração de conhecimento, subsídio importante, para a formação de profissionais com habilidades e competências capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, as Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão devem atuar de maneira proativa para que o acesso à informação seja garantido à toda a sua comunidade de maneira equânime. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória, descritiva, mista e bibliográfica. Realizou-se um levantamento bibliográfico em bases de dados e repositórios, seguida de um mapeamento dos sistemas de bibliotecas a fim de identificar a oferta de produtos/serviços similares ao produto proposto. A estruturação do material didático iniciou com a elaboração do conteúdo dos temas e a definição dos recursos de acessibilidade necessários para pessoas com deficiência auditiva e visual (Libras, audiodescrição e legendas). Os resultados obtidos foram: a identificação dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras; a identificação de 18 sistemas de bibliotecas com a oferta de produtos/serviços relacionados ao tema propriedade intelectual e 35 dispõem de produtos ou serviços acessíveis; finalização do material didático com a devida validação do público-alvo, por meio da aplicação de questionário eletrônico *Google forms*, alcançando boa aceitação e a solicitação do registro do material didático junto ao Escritório de Direitos Autorais. Pelo exposto, infere-se que a pesquisa atendeu ao objetivo proposto.

Palavras-chave: propriedade intelectual; material didático; acessibilidade; biblioteca universitária; deficiência visual; deficiência auditiva; inclusão social.

COSTA, Eliziane Barbosa. **Propriedade intelectual para a comunidade acadêmica**: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual. 2023. 101 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

ABSTRACT

The main objective of this research is to contribute to the democratization of access to information, as well as to the dissemination of the culture of intellectual property through the elaboration of accessible didactic material on intellectual property for the academic community with hearing and visual impairments at the Federal University of Maranhão . University libraries are important spaces for the construction of knowledge, through them inputs are offered for the generation of knowledge, an important subsidy for the training of professionals with skills and competencies capable of contributing to the economic and social development of the country. In this sense, the Libraries of the Federal University of Maranhão must act proactively so that access to information is guaranteed to the entire community in an equitable manner. This is an applied, exploratory, descriptive, mixed and bibliographic research. A bibliographic survey was carried out in databases and repositories, followed by a mapping of library systems in order to identify the offer of products/services similar to the proposed product. The structuring of the didactic material began with the elaboration of the content of the themes and the definition of the necessary accessibility resources for people with hearing and visual impairments (Libras, audio description and subtitles). The results obtained were: the identification of the library systems of the Brazilian federal universities; the identification of 18 library systems offering products/services related to the intellectual property theme and 35 offering accessible products or services; finalization of the didactic material with the due validation of the target audience, through the application of an electronic questionnaire Google Forms, achieving good accessibility and the request for registration of the didactic material with the Copyright Office. From the above, it is inferred that the research met the proposed objective

Keywords: intellectual property; courseware; accessibility; university library; visual impairment; hearing deficiency; social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Quantitativo de docentes, discentes e técnico-administrativos com deficiência na UFMA	15
Quadro 1	Apresentação dos temas do material didático	22
Figura 1	Matriz de validação ou amarração	24
Quadro 2	Recursos de Tecnologia Assistiva	35
Figura 2	Página de busca e-mec	40
Gráfico 2	Universidades Federais Brasileiras	41
Gráfico 3	Sistemas de Bibliotecas Universitárias Federais que disponibilizam produto/serviço de acessibilidade	42
Gráfico 4	Bibliotecas que ofertam produto/serviço relacionados a Propriedade Intelectual	45
Quadro 3	Temas sobre PI abordados	46
Quadro 4	Recomendações de acessibilidade WCAG	51
Quadro 5	Recomendações de acessibilidade eMAG	52
Quadro 6	Softwares utilizados no desenvolvimento do material didático	53
Figura 3	<i>Print</i> do início do vídeo com título do material didático	55
Figura 4	<i>Print</i> da tela abertura do tema Propriedade Intelectual	56
Figura 5	<i>Print</i> do texto sobre Sistema de Propriedade Intelectual	56
Figura 6	<i>Print</i> da tela de abertura do tema Propriedade Industrial: patente	57
Figura 7	<i>Print</i> da tela de abertura do tema Marca	58
Figura 8	<i>Print</i> da tela de abertura do tema Desenho Industrial	58
Figura 9	<i>Print</i> da tela de abertura do tema Indicação Geográfica	59
Figura 10	<i>Print</i> da tela sobre Direito Autoral	60
Figura 11	<i>Print</i> da tela sobre plágio	60

LISTA DE SIGLAS

BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DACES	Diretoria de Acessibilidade
DIB	Diretoria Integrada de Bibliotecas
EDA	Escritório de Direitos Autorais
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LIBRAS	Lingua Brasileira de Sinais
NVDA	NonVisual Desktop Access
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
PROGEP	Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas
REBECA	Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados
RIA	Repositório de Informações Acessíveis
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora



UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro
WCAG	<i>Web Content Accessibility Guidelines</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JUSTIFICATIVA	14
2.1	Lacuna	14
2.2	Aderência	17
2.3	Impacto	17
2.4	Aplicabilidade	17
2.5	Inovação	18
2.6	Complexidade	18
3	OBJETIVOS	19
3.1	Objetivo geral	19
3.2	Objetivos específicos	19
4	METODOLOGIA	20
4.1	Matriz de amarração	23
5	REFERENCIALTEÓRICO	25
5.1	Bibliotecas universitárias e inovação	25
5.2	Acessibilidade no ensino superior	27
5.3	Propriedade intelectual	31
5.4	Tecnologia Assistiva e Materiais Didáticos Digitais	34
6	MAPEAMENTO	39
6.1	Resultados	41
7	DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL	
	ACESSÍVEL	50
7.1	Documentos basilares	50
7.2	Softwares utilizados	53
7.3	Metodologia	53
8	RESULTADOS	55
9	ENTREGÁVEIS	62
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
11	PERSPECTIVAS FUTURAS	65
	REFERÊNCIAS	66



APÊNDICE A - Matriz FOFA (SWOT).....	76
APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS	77
APÊNDICE C – Artigo submetido.....	78
APÊNDICE D – Questionário de avaliação do material	
Didático	90
ANEXO A – Submissão de artigo em periódico Qualis B2.....	94
ANEXO B – Declaração de cumprimento da demandante do	
Produto.....	95
ANEXO C - Solicitação de registro de direito autoral	96
ANEXO D – Resultados da avaliação pelo público-alvo	97
ANEXO E - Resultado da busca por universidades federais	
no sistema e-mec.	100

1 INTRODUÇÃO

O crescimento de alunos de graduação com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados no ensino superior, de 2011 a 2021, foi de 22.367 para 63.404 respectivamente o que corresponde a 283% de matriculados nos últimos 10 anos (Brasil, 2022).

A entrada desses alunos no ensino superior tem trazido reflexões para as universidades no sentido de adaptar seus espaços e proporcionar condições equânimes de acesso e permanência para o alcance de uma formação profissional plena, para assim, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse sentido, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) aprovou recentemente a Resolução nº 2.858/2023, para promover a acessibilidade e a inclusão educacional aos seus alunos (Universidade Federal do Maranhão, 2023).

A acessibilidade no cenário educacional deve ser pensada além das dimensões arquitetônicas, uma vez que as estratégias de ensino e o acesso ao conhecimento devem ser igualmente pensadas.

Os espaços das universidades precisam ser acessíveis, bem como os produtos e serviços precisam atender a todos independente da sua condição. Sendo assim, as bibliotecas universitárias (BU), dada a sua importância no processo de ensino-aprendizagem e na estrutura das Instituições de Ensino Superior (IES), devem se preocupar em atender às necessidades de seus usuários por meio da oferta de produtos e serviços personalizados, considerando o perfil de cada um.

Pensar as bibliotecas como espaços estáticos, que ofertam apenas serviços tradicionais, como empréstimo e devolução, é reduzir sua importância frente à potencialidade e a capacidade de contribuir de forma substancial na formação de seus usuários.

As bibliotecas universitárias desempenham um importante papel na estrutura das IES e por meio delas os usuários têm acesso ao universo informacional que subsidiará as atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertadas ao longo da sua jornada acadêmica (Sant'anna; Calmon, 2016).

Consideradas ferramentas necessárias para o processo de produção do conhecimento científico, podem suprir as lacunas dos sujeitos diante do universo informacional pois elas são “[...] capazes de articular a rede de troca de informações que servirá a membros da comunidade universitária e público externo” (Tanus;

Tarragó, 2020, p. 4).

Deste modo, por desempenharem esse importante papel dentro das universidades a que pertencem, também podem trazer para si a responsabilidade de contribuir para a difusão da cultura da inovação, por meio de produtos e serviços acessíveis que envolvam os direitos de propriedade intelectual para que a comunidade acadêmica passe a produzir pesquisas com resultados que beneficiem a sociedade.

Com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a forma de disponibilização da informação transcendeu a barreira física e passou a ser ofertada de forma virtual, trazendo, assim, a necessidade da utilização dessas tecnologias no ambiente da biblioteca (Malheiros; Cunha, 2018). Sendo assim, as bibliotecas vêm buscando formas de se enquadrar a essas mudanças, com a oferta de produtos e serviços inovadores para assim manterem-se competitivas, desempenharem melhor seu papel e atenderem seu público indistintamente.

O interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa surgiu da experiência da mestrandia junto ao Serviço de Referência da Biblioteca Central, que integra a Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão (DIB/UFMA). O Serviço de Referência é o responsável por fomentar a interação entre informação e interesse do usuário, assim como, é o local onde o bibliotecário pode identificar e satisfazer as demandas informacionais daquele que procura (Almeida Junior, 2013).

Tendo em vista os inúmeros questionamentos recebidos sobre direito autoral e patente enquanto esteve desenvolvendo suas atividades laborais no referido setor, somados a escassez de recursos informacionais acessíveis e a dificuldade de atender as demandas dos usuários com deficiência, a pesquisadora identificou a necessidade de desenvolver um material didático com noções básicas sobre propriedade intelectual, com recursos de acessibilidade para atender toda a comunidade acadêmica.

No intuito de promover o acesso equânime a todos e de garantir a acessibilidade informacional, o material foi produzido em formato digital, com os seguintes recursos de acessibilidade: tradução em Libras, legendas e audiodescrição.

2 JUSTIFICATIVA

Esta seção abordará a lacuna a ser preenchida pelo produto técnico-tecnológico proposto, a aderência da produção ao PROFNIT, o impacto gerado pelo produto, a aplicabilidade da produção técnica, o teor de inovação e o grau de complexidade.

2.1 Lacuna

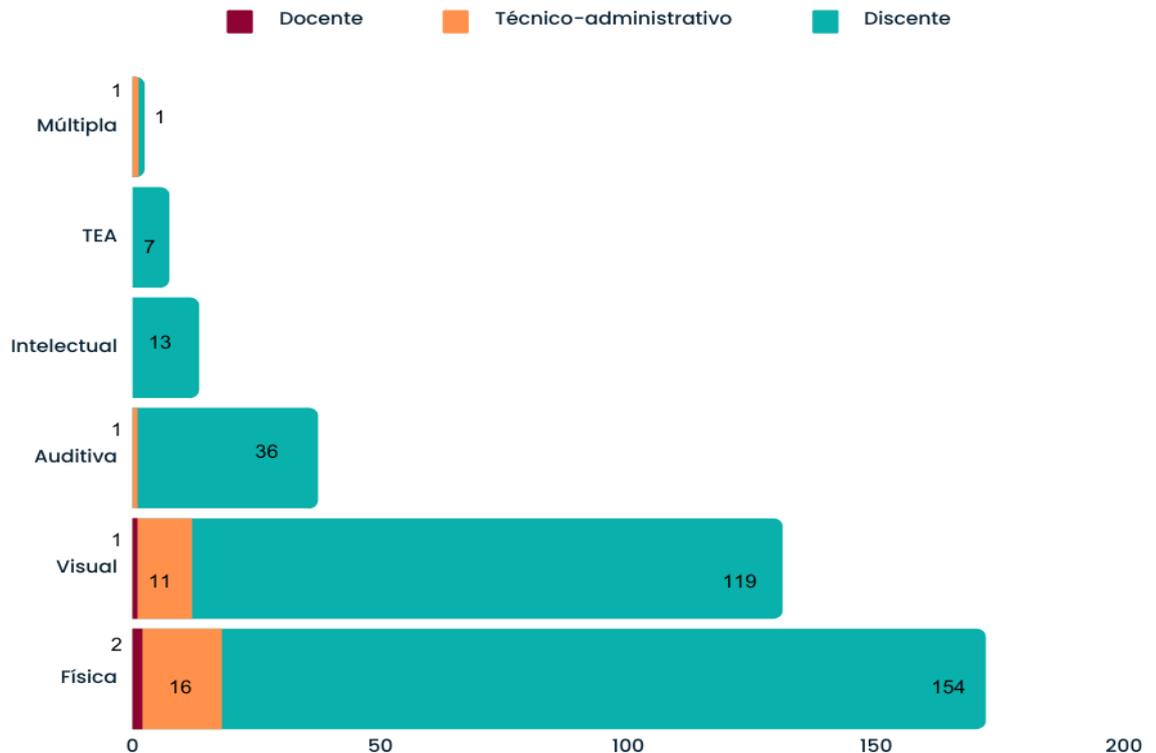
Uma das formas que corrobora para o alcance da democratização do acesso à informação é a acessibilidade comunicacional proposta por Sasaki (2019), com o propósito de suprimir impedimentos de comunicação interpessoal e escrita, que podem ser reduzidos por meio dos recursos de tecnologias assistivas e tecnologias da informação e comunicação.

Para que a dimensão comunicacional seja alcançada, é importante que os conteúdos ofertados nas bibliotecas sejam gerados no formato acessível para que estas contribuam com os demais setores da universidade em prol de uma formação plena aos seus usuários.

São considerados usuários de uma biblioteca universitária todos os membros da comunidade acadêmica, que incluem docentes, discentes e servidores técnico-administrados vinculados à Instituição de Ensino de Superior.

Segundo registros da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), há 32 servidores com deficiência desenvolvendo suas atividades laborais na UFMA, dentre os quais, 3 docentes e 29 servidores técnico-administrativos. Em relação aos discentes com deficiência, a Diretoria de Acessibilidade (DACES) em 2022, informou o quantitativo de 330 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Quantitativo de docentes, discentes e técnico-administrativos com deficiência na UFMA



Fonte: Elaborado pela autora com dados da PROGEP e DACES (2023)

As deficiências identificadas entre os alunos foram: auditiva, física, intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), visual e múltipla. Dentre as quais, 36 com deficiência auditiva, 154 física, 13 intelectual, 7 com TEA, 119 visual e apenas 1 com deficiência múltipla. Em relação aos docentes, 1 com deficiência visual e 2 com deficiência física. Entre os servidores técnico-administrativos, foram identificados 11 com deficiência visual, 1 com deficiência auditiva, 1 com deficiência múltipla e 16 com deficiência física (Universidade Federal do Maranhão, 2023).

Esses dados refletem sobre a inclusão de pessoas com deficiência nos diversos espaços da Universidade, uma vez que o ideal é ter o mesmo acesso e oportunidades que os demais.

A biblioteca como um espaço para todos representa a democratização dos saberes e "[...] em virtude de fatores diversos, as bibliotecas e as pessoas com deficiência encontram-se distanciadas, ou em uma relação superficial, e o fato de ter

o que oferecer não pode ser mais importante do que saber para quem ou como oferecer" (Wellichan; Manzini, 2021, p. 179).

A Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desde 2017 realiza ações de fomento à inclusão de pessoas com deficiência, como a oferta do Serviço Ledor na Biblioteca Central para usuários com deficiência visual (cegos/ baixa visão). Este serviço consiste na leitura do material informacional para o usuário por um aluno-bolsista vinculado aos cursos de graduação da UFMA e equipamentos de tecnologia assistiva, como lupa eletrônica e computadores com softwares instalados que possibilitam a leitura de tela por usuários com deficiência visual (Universidade Federal do Maranhão, 2017).

Somadas a isso, foram realizadas campanhas e palestras de conscientização sobre o tema, mesmo assim não é suficiente para o rompimento das barreiras comunicacionais existentes.

Ademais, a Resolução nº 2.858/2023 CONSEPE, que trata sobre acessibilidade e inclusão educacional na UFMA, define as competências dos diversos setores da universidade, dentre os quais, inclui-se a DIB, que deverá garantir a disseminação da informação de forma democrática e acessível, levando em consideração as características de seus usuários (Universidade Federal do Maranhão, 2023).

Demanda recente da Diretoria de Acessibilidade (DACES) corroborou com essa necessidade de aperfeiçoamento e adaptação de produtos e serviços para alunos com deficiência que possam gerar autonomia no desenvolvimento de suas pesquisas. A referida demanda trata-se da solicitação de um Manual para Normalização de Trabalhos Acadêmicos no formato acessível, o qual já está em andamento

Diante da importância da temática propriedade intelectual para o desenvolvimento socioeconômico do país e do papel da universidade na construção do conhecimento, o material ora proposto abordará o referido tema e contará com linguagem simples e com os recursos de acessibilidade: audiodescrição, legenda e tradução em libras.

Esse material poderá contribuir de forma significativa para o reconhecimento da importância do tema por parte da comunidade acadêmica da UFMA, bem como, para a disseminação da cultura da propriedade intelectual no meio acadêmico. Dessa maneira, proporcionando a democratização dos saberes.

2.2 Aderência ao PROFNIT

A proposta do produto está relacionada diretamente ao tema propriedade intelectual, linha de pesquisa do PROFNIT, uma vez que o material didático desenvolvido aborda o tema propriedade intelectual e será ofertado à comunidade acadêmica da UFMA e demais interessados. O material será registrado na Fundação Biblioteca Nacional, Escritório de Direitos Autorais (EDA), responsável pelo registro de obras intelectuais produzidas no país.

2.3 Impacto

O motivo da criação do produto é proporcionar à comunidade acadêmica conhecimento sobre Propriedade Intelectual e entendimento sobre sua importância no desenvolvimento de pesquisas científicas, para assim, contribuir para a disseminação da cultura sobre o referido tema, de forma equânime. O foco de aplicação do produto são os usuários com deficiência auditiva e visual da UFMA, mas seu acesso será estendido a todos, de qualquer universidade, organização e sociedade civil, uma vez que será disponibilizado de forma gratuita por meio do canal oficial da Diretoria de Integradas de Bibliotecas (DIB/UFMA) no YouTube.

2.4 Aplicabilidade

O produto será disponibilizado de forma virtual e em acesso aberto usando a licença creative commons CC BY. O acesso aberto permitirá os leitores lerem, baixarem, arquivarem, transferirem ou realizarem "outras ações cujos fins legais estejam em conformidade com as licenças de uso e reuso do material sem precisar pagar por isso" (Mendes; Silveira, 2023, p. 2).

A licença creative commons CC-BY dará o direito de "compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato" e "se adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial" (Creative Commons, [2022?], p. 1).

O projeto tem como abrangência a comunidade acadêmica com deficiência da Universidade Federal do Maranhão, que somam 330 alunos matriculados e

atendidos na Diretoria de Acessibilidade (DACES) no semestre letivo 2022.2 e 32 servidores. Como abrangência potencial, a comunidade acadêmica com deficiência de outras universidades.

2.5 Inovação

O produto tem médio teor inovativo, pois utilizará conhecimentos já existentes. O diferencial do produto proposto está relacionado à modalidade da oferta e aos recursos de acessibilidade agregados. Produzir esse material didático contribuirá de maneira inédita para a consolidação de conhecimento e compreensão da temática pelo público-alvo.

2.6 Complexidade

O produto possui média complexidade, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos que já existem e estão sendo utilizados nas bibliotecas, mas para sua elaboração será necessário empreender força de trabalho de várias áreas do conhecimento, como: bibliotecária, intérprete de libras, audiodescritora, web designer, editor de vídeo e pedagoga. Esses profissionais colaborarão para a produção do material de forma voluntária. Esse produto poderá ser utilizado amplamente na academia, na geração e distribuição de conhecimento, acerca do tema.

3 OBJETIVOS

Este estudo está ancorado nos objetivos a seguir.

3.1 Objetivo geral

Desenvolver material didático digital acessível sobre propriedade intelectual para a comunidade acadêmica com deficiência auditiva e visual da UFMA.

3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras;
- b) Mapear os produtos e serviços acessíveis sobre propriedade intelectual disponibilizados pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil;
- c) Elaborar o conteúdo do material didático acessível para pessoas com deficiência auditiva e visual.

4 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como aplicada, exploratória, descritiva, mista e bibliográfica. A finalidade da investigação caracteriza-se como aplicada, definida por Lakatos e Marconi (2017), como um tipo de investigação que utiliza métodos científicos para a solução de problemas práticos buscando compreender a realidade, para intervir e transformá-la.

Em relação aos objetivos, é exploratória e descritiva, pois busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando o campo de trabalho e mapeando suas condições de manifestações, proporcionando uma visão geral deste para posterior descrição detalhada da realidade encontrada (Gil, 2010; Severino, 2016).

Quanto à abordagem, é considerada mista, uma vez que a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos permite a compreensão do objeto estudado de forma mais completa e profunda. A coleta de dados envolve a obtenção tanto de informações numéricas quanto informações de texto, de modo que o conjunto de dados obtidos representem informações quali-quantitativas (Gil, 2010; Creswell, Plano-Clark, 2013).

Em relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de oportunizar ao pesquisador o contato direto com a bibliografia tornada pública sobre o tema, para que este encontre subsídios que possibilitem a explicação do problema investigado (Koche, 2011; Lakatos; Marconi, 2017).

Para melhor compreensão do estudo, a metodologia foi dividida em 6 etapas, a saber:

Etapa 1: Busca de referencial teórico - foram realizadas buscas em bases de dados científicas, como por exemplo: periódicos CAPES, Scielo, Oasisbr e BRAPCI, com recorte temporal dos últimos 5 anos, utilizando os termos: “material didático” AND “propriedade intelectual” AND “pessoas com deficiência”; “propriedade intelectual” AND “pesquisa científica”; “Acessibilidade AND Inovação AND “bibliotecas universitárias” AND “propriedade intelectual”; “bibliotecas universitárias AND inovação”. Para complementar a busca, recorreu-se, também, aos Repositórios Institucionais de Dissertações e Teses das Universidades Brasileiras. Os resultados contribuíram para o entendimento do tema e construção do referencial do teórico.

Etapa 2: Mapeamento dos Sistemas de Bibliotecas Universitárias das universidades federais Brasileiras – foram realizadas buscas nos *sites* oficiais das universidades federais no intuito de investigar se o tema propriedade intelectual é abordado no portfólio de produtos e serviços das bibliotecas, bem como, a promoção da acessibilidade informacional. Essa etapa ocorreu no período de 4 a 16 de janeiro de 2023, considerando as universidades listadas no Sistema de Regulação do Ensino Superior do Ministério da Educação (sistema e-mec).

Etapa 3: Seleção do conteúdo do material didático – o conteúdo selecionado considerou os principais temas constantes do escopo de Propriedade Intelectual com o intuito de contribuir para a disseminação da cultura da propriedade intelectual e compreensão da relevância do tema e sua aplicação na universidade. A seleção foi ancorada nos resultados obtidos na Etapa 1 e nos documentos correlatos publicados no site do INPI. Os temas abordados foram organizados conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Apresentação dos temas do material didático

CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTUAL: PASSOS BÁSICOS PARA ACADÊMICOS			
Noções de propriedade intelectual	Propriedade industrial	patente	conceito
			tipos
			requisitos
			validade
		marca	conceito
			natureza
			apresentação
			vigência
			abrangência da proteção
		desenho industrial	conceito
			requisitos
			vigência
	indicação geográfica	abrangência da proteção	
		conceito	
		indicação de procedência	
	denominação de origem	denominação de origem	
direito autoral		conceito	
		vigência	
		abrangência	
	limitações e exceções		
			plágio

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Etapa 4: Elaboração do roteiro de produção do material didático que envolveu: atividades de gravação de voz, tradução em Libras, audiodescrição e edição. Após a definição do roteiro foi realizada reunião com os profissionais especialistas em Tradução em Libras, sonoplastia, audiodescrição e edição de vídeos. A primeira reunião contou com a participação de todos para que pudessem cohecer e entender a proposta. As reuniões seguintes foram realizadas apenas com o profissional responsável pela parte desenvolvida em cada fase.

Etapa 5: Produção do material didático acessível – nesta etapa considerou-se o roteiro definido na etapa 4. Após a seleção do conteúdo, foram realizadas buscas de imagens e vídeos curtos que se associavam ao conteúdo do material, no acervo de plataformas com disponibilização gratuita. Nesse intervalo, a gravação de áudio foi realizada no Laboratório de Rádio do Curso de Comunicação da UFMA (LabRadio), após isso, a captura do áudio foi incorporada no material. A tradução do conteúdo

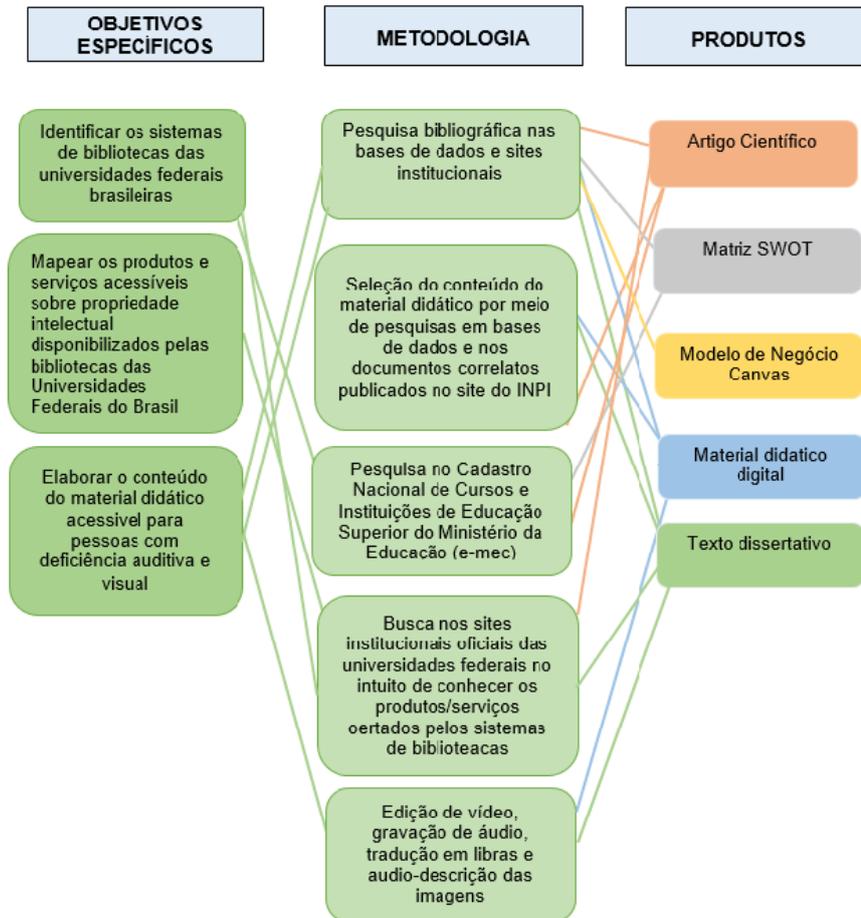
em Libras foi realizada no estúdio da Faculdade Florence e por último foi realizada a audiodescrição. Após todas essas atividades, o material didático foi finalizado.

Etapa 6: Validação do produto – após a finalização, o material foi avaliado pelo público-alvo, por meio do formulário eletrônico, google forms, enviado por e-mail, com a colaboração da DACES e de um membro da Comissão Intersetorial de Acessibilidade. O usuário, antes de iniciar a avaliação, foi informado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sobre a pesquisa, a importância de sua participação, a proteção de dados, a garantia do anonimato e a não obrigatoriedade de participação,.

4.1 Matriz de amarração ou validação

A matriz de amarração ou validação moldou-se a partir dos objetivos específicos: elaborar o conteúdo do material didático, mapear os sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, registrar o material didático no Escritório de Direitos Autorais e disponibilizar o produto ao demandante; com a função de demonstrar a correlação entre eles, a metodologia aplicada e aos produtos desenvolvidos: artigo científico, matriz *SWOT* (APÊNDICE A), modelo de negócio *CANVAS* (APÊNDICE B), material didático digital acessível e o texto dissertativo, conforme demonstrado na Figura 1:

Figura 1 - Matriz de amarração



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão deste estudo faz-se necessária a abordagem dos temas bibliotecas universitárias, inovação, propriedade intelectual, acessibilidade, tecnologia assistiva e material didático digital.

5.1 Bibliotecas universitárias e inovação

As bibliotecas universitárias, antes centros de guarda e custódia de textos clássicos e eruditos, moldaram-se gradativamente às mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas impostas pela evolução da sociedade e passaram a centros de convívio democrático, de inclusão, de interação, de troca de informações, em seus espaços físicos ou virtuais (Tanus; Tarragó, 2020).

Tais mudanças foram sendo incorporadas nesses ambientes, a partir do momento em que as Instituições de Ensino Superior passaram a implementar inovações com uso de tecnologia, observadas por Gomes e Dumont (2015, p. 133) como essenciais para o processo de organização, recuperação e transmissão da informação.

A tecnologia e a inovação se apresentam como ferramentas estratégicas para transição e consolidação das transformações.

A inovação pode ser compreendida como:

[...] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005, p. 55).

Sendo assim, o documento aponta para quatro tipos de inovação que podem ser implementadas no âmbito de uma organização, a saber: inovação de produto (bem ou serviço); inovação de processo; inovação organizacional e inovação de marketing. Essas inovações, segundo a classificação de Freeman de 1984 podem ser: incrementais, radicais e revoluções tecnológicas (Passos, 2019).

Inovações incrementais abrangem as melhorias de processos, aperfeiçoamento de projetos ou qualidade do produto, de forma contínua. As

inovações radicais são disruptivas, rompem os limites da inovação incremental, iniciando uma nova trajetória tecnológica. As revoluções tecnológicas tem maior potencial que as inovações radicais, pois são consideradas fenômenos sociais que geram mudanças em vários setores, afetando, inclusive a economia (Passos, 2019).

As instituições de ensino superior tem atuado com protagonismo nesse processo de transição com as novas tecnologias, visando a criar soluções facilitadoras dos seus processos administrativos internos, bem como, fomentadoras do suporte ao ensino, pesquisa e extensão (Zaninelli; Nogueira; Peres, 2019).

As bibliotecas por estarem presentes nessas instituições que produzem ciência, tecnologia e conseqüentemente, inovação, também são incitadas a inovar com o objetivo de:

[...] oferecer aos seus usuários e a sociedade em geral serviços e produtos informacionais online, para tanto, elas devem ter estratégias e focar nas necessidades dos usuários para que possam inovar e satisfazer a comunidade acadêmica com as informações provenientes de seu interesse” (Gomes; Dumont, 2015, p. 11).

Essencialmente, a finalidade das bibliotecas universitárias permanece a mesma que compreende o apoio ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito da instituição a qual está vinculada, o que mudou foi a forma de oferta de seus produtos e serviços, em decorrência das transformações tecnológicas (Zaninelli; Nogueira; Peres, 2019).

Assim, mantêm seu foco no atendimento aos seus objetivos principais que compreendem o “apoio e facilitação da geração e da disseminação do conhecimento científico nas universidades; contudo, a partir do uso de tecnologias, agregam valor a muitos de seus serviços e produtos inovadores e potencializam seu alcance” (Correa; Garcia-Quismondo, 2021, p. 9).

Nessa perspectiva, Prado e Cavaglieri (2016, p. 95) afirmam que, a inovação passa a acontecer nas bibliotecas quando estas percebem que somente os registros informacionais físicos já não mais atendem a sociedade conectada, participativa e com acesso rápido e vasto a uma variedade de recursos.

Nesse sentido, “[...] os usuários tornam-se progressivamente remotos e descorporificados, [...] onde a rapidez proporcionada pela informação digital instantânea disponibilizada pelas redes, em especial pela Internet é imperativa” (Levacov, 2006, p. 210).

As estratégias de inovação, quando implementadas dentro das BU's são importantes ferramentas para a melhoria da oferta de serviços e produtos, uma vez que a infinidade de ferramentas atualmente disponíveis pela internet podem “[...] servir como insumo para a inovação, e, como subsídio necessário para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, potencializando a atuação da biblioteca frente à ampla concorrência dos sistemas automatizados de pesquisa” (Silva, 2019; Silva Filho, 2020, p. 21).

Nessa perspectiva, as “[...] Unidades de Informação devem analisar e acompanhar de maneira holística e estratégica, todo o encadeamento cíclico de construção da demanda informacional de seu usuário/consumidor [...]” levando-o a perceber as estratégias de inovação empregadas, garantindo uma satisfação e o desejo de consumir determinado produto ou serviço informacional (Souza; Fonseca; Paletta, 2022, p. 7).

Para que esses serviços inovadores sejam ofertados, é necessário, além da tecnologia e equipamentos, que os profissionais envolvidos, sobretudo os bibliotecários, desenvolvam competências e habilidades para sua implementação (Prado; Cavlagieri, 2016).

Dentre essas competências e habilidades, destaca-se o perfil empreendedor, uma vez que o indivíduo empreendedor é a mola propulsora de processos de inovação, tendo em vista que idealiza os aspectos necessários para o aperfeiçoamento de uma empresa/instituição, propondo novas ideias e implementando-as para o alcance de resultados exitosos (Franco, 2018).

Nesse novo contexto, a inovação torna-se elemento essencial para o aperfeiçoamento dos serviços prestados em todas as organizações, incluindo-se as bibliotecas.

5.2 Acessibilidade e ensino superior

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema recorrente na literatura, porém é carregado de desafios, ainda mais porque passou a ser discutido e efetivado a partir da obrigatoriedade imposta pela legislação brasileira.

O termo acessibilidade, por vezes utilizado erroneamente como sinônimo de inclusão, é definido pelo Decreto Federal nº 5.296/2004 como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004).

Nesse contexto, Pimentel e Pimentel (2017, p. 91) entendem que as condições de acessibilidade ultrapassam as barreiras físicas e arquitetônicas e estão abarcadas também “[...] pela garantia do acesso à informação e à comunicação, ao uso de equipamentos e mobiliários, a metodologias escolares, a materiais didáticos adaptados, bem como as norma institucionais que prevejam a inclusão”.

Por outro lado, inclusão “[...] significa um conjunto de meios e ações para integrar todos os grupos de acordo com a Declaração de Direitos Humanos e com a Constituição Federal de 1988” (Rodrigues, 2022, p. 3).

Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, cerca de 23,9% da população brasileira residente no país declarou possuir pelo menos uma das deficiências: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. A deficiência visual apresentou maior prevalência correspondendo a um percentual de 18,6% do total (IBGE, 2012). Esses dados reforçam a necessidade do investimento em políticas de inclusão para essa população.

No Brasil, a trajetória das pessoas com deficiência foi marcada pela segregação e exclusão, pois eram colocadas às margens da sociedade, tornando-se potenciais vítimas de preconceito, acentuado pela falta de respaldo legal que assegurasse tratamento adequado e inclusivo. Eram vistas pela sociedade apenas como alvo da caridade social e não como sujeitos de direitos sociais (Rodrigues; Lima, 2017).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 1º, inciso III, o princípio da dignidade da pessoa humana “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana” (Brasil, 1988).

Tal princípio é o ponto de partida para a garantia da igualdade entre os indivíduos. Dignidade é elemento essencial para a vida do ser humano, que em sua

ausência, o risco da violação desse direito é premente (Bezerra; Silva Neto, 2020, p. 3). Esse princípio isoladamente não foi suficiente para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, as políticas existentes ainda eram excludentes, uma vez que separavam as pessoas com deficiência dos demais indivíduos.

A Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da pessoa com deficiência trouxe uma grande contribuição para o início da inclusão dessas pessoas na sociedade, no sentido de fomentar as discussões acerca do tema, que resultaram na elaboração de políticas de inclusão (Amaral, 2019).

Com o propósito de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Brasil, 2007. p. 16), surgiram novas iniciativas, como por exemplo “[...] criação de leis e diretrizes que permitem a inserção da pessoa com deficiência em uma sociedade livre, independente e sem discriminação” (Amaral, 2019, p. 43).

Baseada na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de Referência, foi instituída a lei brasileira de inclusão (lei nº 13.146 de 13 de julho de 2015) conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o propósito de “[...] assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

Por meio dessa lei e a partir dela, a promoção da inclusão passa a ser responsabilidade de todos - dos entes federativos, das instituições, da família e da sociedade - o descumprimento dela, pode ocasionar ações de fiscalização e imputação de penalidades pelos órgãos competentes. Sendo assim, a promoção da educação, em todos os níveis, deve levar em consideração aspectos inclusivos, com o propósito de excluir todas as barreiras, sejam elas físicas, atitudinais, comunicacionais etc.

Para Rosa *et al.* (2020, p. 2) na área da educação incluir vai além:

[...] fazer com que o estudante torne-se parte da instituição, é, juntamente com ele, construir saberes cognitivos e sociais. Estes saberes devem ser capazes de tornar o sujeito autônomo e crítico, dentro de um espaço de aprendizagem e convivência amplo e dinâmico.

Nesse sentido, é necessário estímulo para que todos os alunos consigam

interagir e dialogar para a promoção da aprendizagem, respeitando a individualidade de cada um, garantindo, ainda, a permanência deles, independente de sua condição. A educação é uma das principais ferramentas para a transformação social e deve ser estimulada para que a desigualdade social e o desrespeito às diferenças possam ser minimizados (Silva, A.; Jung; Silva, L., 2019, p. 7).

A inclusão no ensino superior ainda não dispõe de um arcabouço legal próprio, tendo em vista que a [...] “legislação atual trata prioritariamente da educação básica, deixando-o carente de legislação e referencial para dar suporte às suas ações” (Rosa *et al.*, 2020, p. 3).

Um importante avanço para a educação inclusiva no ensino superior originou-se do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, com a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

O atendimento especializado trazido pelo decreto traz a obrigatoriedade da estruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, visando “[...] eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Brasil, 2011).

Para que as ações de inclusão sejam implementadas, elas devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC). Os conteúdos curriculares e a diversificação metodológica devem possibilitar aos estudantes uma adequação entre o perfil desejado para o mercado de trabalho e as características de sua necessidade inclusiva (Silva; Jung; Silva, 2019, p. 9).

O censo da educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de 2020, trouxe dados referentes às matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, no ensino superior, identificando 59.001 alunos com alguma das deficiências elencadas. Deste total, as deficiências mais comumente declaradas foram: física (32,5%); baixa visão (25,87%) e deficiência auditiva (12,4%) (INEP, 2021). Esses dados demonstram a importância de se refletir sobre o atendimento da comunidade acadêmica dentro dos espaços das universidades, incluindo-se, as bibliotecas.

As bibliotecas universitárias devem refletir sobre seu papel nesse

contexto, já que responde por “[...] mudanças, ajustes, inovações tecnológicas, reorganização de espaços, adaptação de ações, serviços e formatos de acervos compatíveis com os diferentes interesses e especificidades dos estudantes com deficiência” (Stroparo; Moreira, 2021, p. 5).

Dessa forma, a biblioteca universitária deve contribuir para a promoção da informação a toda comunidade acadêmica, sem distinção, garantindo condições de acesso físico e oferecendo serviços diferenciados, por meio do uso de recursos tecnológicos. Esses recursos serão imprescindíveis para minimizar ou eliminar as barreiras físicas, comunicacionais ou mercadológicas que dificultem esse acesso (Santos; Carvalho, 2020; Costa; Oliveira, 2022).

Nesse sentido, as bibliotecas universitárias podem ser potenciais espaços de aprendizagem e produção do conhecimento, tornando-se instrumentos importantes de inclusão social, além de contribuir para a permanência desses usuários na universidade.

5.3 Propriedade intelectual e inovação

O reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual no Brasil ocorreu no século XIX, com a chegada da família real portuguesa, que trouxe a ideia de desenvolvimento, com o intuito de não se isolarem do resto do mundo. Registros apontam que o direito do inventor foi reconhecido por Dom Pedro I, a partir do registro na Real Junta do Comércio, para assim, poder explorá-lo por 14 anos (Vanin, 2018).

A Convenção da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) define Propriedade Intelectual como:

[...] a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (Organização Mundial de Propriedade Intelectual, 2002, p. 4).

Essa definição traz à tona a importância da proteção legal aos detentores

desses direitos, para que estes possam exercê-lo conforme sua finalidade e possam usufruir economicamente desse importante bem imaterial. Essa proteção não alcança apenas a “[...] atividade criativa em si, mas também os investimentos que são feitos para levar estas invenções ao mercado” (Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, 2022).

Com a evolução da sociedade, os direitos de propriedade intelectual passaram a existir no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente por estarem presentes nos textos constitucionais, desde a Constituição de 1824, e em outras leis específicas, o que possibilitou maior proteção aos detentores de direitos relacionados à propriedade intelectual.

Quando legalmente protegida, a propriedade intelectual torna-se um importante ativo para o “aumento da competitividade, pois agrega valor à capacidade de inovação das empresas, e, conseqüentemente auxilia no desenvolvimento das nações ao estimular a criação de novos produtos e métodos de produção” (Branco *et al.*, 2011, p. 13).

Propriedade intelectual, no âmbito legal, divide-se em três categorias: direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis*. Direito autoral, regulamentado pela lei 9.610/98, compreende [...] “a produção original de criações artísticas, literárias, musicais, desde livros e pinturas até filmes de cinema, gravações e software [...] recompensa a expressão artística permitindo ao criador beneficiar-se comercialmente de sua obra” (Buainaim *et al.*, p. 70).

A Propriedade Industrial, regulamentada pela Lei 9.276/96, focada na atividade industrial, tecnológica e comercial abrange patentes de invenção, modelos de utilidade, desenho industrial, marcas, indicação geográfica, concorrência desleal e segredo de negócio. A proteção *sui generis* abrange cultivares, topografia de circuitos integrados, patrimônio genético e conhecimentos tradicionais (Branco, 2011; Vasconcelos; Santos, 2019).

Além disso, devido às questões políticas, sociais e econômicas que transformaram o conhecimento e a pesquisa científica em bens centrais na era da informação, a proteção da propriedade intelectual e do investimento em inovação se configuram como elementos fundamentais para o atingimento do desenvolvimento econômico (Bemfica; Cavalcanti, 2019).

Nas universidades, o tema propriedade intelectual passou a ter relevância a partir da Lei nº 10.973/2004, Lei de incentivo a inovação e a pesquisa científica e

tecnológica em ambientes produtivos, incluindo-se as universidades. Essa lei possibilitou a constituição dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), responsáveis pela gestão da política institucional de inovação, envolvendo: licenciamento, proteção e transferência das inovações tecnológicas (Vasconcelos; Santos, 2019).

Em uma sociedade onde o conhecimento é insumo para o desenvolvimento econômico e social, a universidade passa a exercer um papel primordial, uma vez que produzir conhecimento é sua atividade-chave, sendo assim, esse conhecimento precisa transcender as barreiras institucionais, transformando-se em inovação, convertida em benefícios para a sociedade. Para que isto ocorra, a interação com o setor produtivo deve ser estimulada, o que permite à universidade uma atuação empreendedora (Etzkowitz; Zhou, 2017).

Além do setor produtivo, a participação do governo também é necessária, quando isso ocorre, é formada a tríade universidade – indústria – governo, denominada “Tríplice Hélice”, modelo de inovação desenvolvido por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff na década de 90, onde cada um desses atores exerce o seu papel para a promoção de um ecossistema de inovação. Nessa interação “[...] o governo busca o desenvolvimento econômico da região, a universidade procura adequar suas pesquisas à academia e as empresas visam a lucratividade” (Rau; Valle; Camara, 2021).

Cada hélice é uma esfera institucional independente, mas trabalha em cooperação e interdependência com as demais, por meio da troca de fluxos de conhecimento, sendo que, em muitas vezes, uma assume o papel da outra. A universidade assume a postura empresarial quando atua no licenciamento de patentes e criação de empresas de base tecnológica. As empresas desenvolvem uma postura acadêmica quando compartilham conhecimentos e treinam seus colaboradores para alcançarem níveis elevados de qualificação (Stal; Fujino, 2005).

A Hélice Tríplice é considerada uma plataforma para a criação de novos arranjos organizacionais para promoção da inovação, como por exemplo: incubadoras, parques tecnológicos e as firmas de capital de risco. Frutos da interação entre os entes formadores da tríade, constituem uma síntese dos seus elementos (Etzkowitz; Zhou, 2017).

Um país que investe e incentiva a propriedade intelectual está conseqüentemente impulsionando o desenvolvimento econômico e melhor se posicionando na economia mundial, sendo necessário aumentar a sua

competitividade por meio da criação de ambientes de negócios que assegurem às empresas a proteção ao investimento e o estímulo à criação e à capacitação tecnológica (Biagiotti, 2018).

Entender a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico e social por todos os atores do ecossistema de inovação, é o ponto de partida para o alcance de uma economia forte e sustentável.

5. 4 Tecnologia Assistiva e Materiais Didáticos Digitais Acessíveis

A Tecnologia Assistiva (TA) surgiu na Segunda Guerra Mundial como instrumento de auxílio para reabilitação de vítimas durante a guerra (Santos, 2018). Em 1988, o termo *Assistive Technology* tornou-se elemento jurídico na legislação americana, renovado em 1998 como *Assistive Technology Act*, que com outras leis, compõe o *American with Disabilities Act (ADA)* que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos Estados Unidos da América (Bersch, 2017).

O objetivo dessa lei “[...] é garantir que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos e oportunidades que todas as outras pessoas no acesso [...] a acomodações públicas, emprego, transporte, serviços governamentais estaduais e locais e telecomunicações” (ADA, 2022).

O conceito de Tecnologia Assistiva foi adaptado para a realidade brasileira pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2006, por meio de estudos sobre o tema na literatura internacional e incluído posteriormente na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Esses estudos resultaram no seguinte conceito:

[...] é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007, p.1).

Antes do surgimento dos estudos sobre Tecnologia Assistiva e da adoção deste termo no cenário brasileiro, outro termo tinha como objetivo definir materiais e serviços destinados a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência (Motta, 2022), trata-se do termo “Ajuda Técnica” ou “Ajudas Técnicas”, ancorado no

Decreto nº 5.296 de 2004, que define normas de acessibilidade, não caiu em desuso após a adoção do termo Tecnologia Assistiva. O referido Decreto define Ajuda Técnica como:

[...] produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida (Brasil, 2004).

Nota-se semelhanças entre os dois termos, porém há de se admitir que Tecnologia Assistiva tem um conceito mais abrangente, fator que pode causar confusão, uma vez que sua concepção perpassa por outros campos do conhecimento já consolidados, que, da mesma forma, trabalham estratégias, práticas e serviços voltadas às pessoas com deficiência (Calheiros; Mendes; Lourenço, 2018).

Segundo Bersch (2017, p. 1) Tecnologia Assistiva deve ser entendida como “[...] auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento”.

Os recursos de Tecnologia Assistiva são categorizados de acordo com os objetivos funcionais a que se aplicam, a classificação desenvolvida pelos autores Brasileiros Rita Bersch e José Tonoli, a partir de outras classificações internacionais, como por exemplo a ISO 9999/2002, identificou 12 categorias (Motta, 2022) que são demonstradas no Quadro 2.

Quadro 2 - Recursos de Tecnologia Assistiva

CATEGORIAS	RECURSOS	EXEMPLOS
Auxílios para a vida diária e vida prática	Materiais e produtos que favorecem desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades cotidianas	Serviços de orientação e treinamento de como tomar banho, vestir-se, escovar os dentes, cozinhar etc
CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa	Destinada a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender.	Elaboração personalizada e experimentação de recursos de comunicação alternativa impressos, pranchas de comunicação no formato digital (computadores, tablets e celulares) e vocalizadores
Recursos de acessibilidade ao	Conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o	mouses e teclados com diferentes formatos, acionadores;

computador	computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras.	adaptações físicas ou órteses - dispositivo para comando do computador com qualquer parte do corpo (lábios, movimentos de cabeça, mão, pé, movimento ocular); recursos de softwares e aplicativos para acessibilidade
Sistemas de controle de ambiente	Através de um controle remoto as pessoas com limitações motoras, podem controlar o funcionamento de ambientes.	Controles remotos de ajuste de camas, cadeiras, carros, equipamentos de cozinha, de escritório, etc.
Projetos arquitetônicos para acessibilidade	Projetos de edificação e urbanismo que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independente de sua condição física e sensorial	Rampas, banheiros adaptados, barras de apoio, elevadores, plataformas elevatórias, piso tátil, etc.
Órteses e próteses	Peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo.	Partes do corpo artificiais como braços, pernas, mãos, etc.
Adequação postural	Possibilita postura estável e confortável para promover bom desempenho funcional.	Cadeiras de rodas, cadeiras ou outros móveis de apoio de tronco/cabeça/membros
Auxílios de mobilidade	Equipamento ou estratégia utilizada na melhoria da mobilidade pessoal.	Automóveis, bicicletas e motocicletas adaptadas, andador, etc.
Auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil	Auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil.	Lupas, lentes de aumento, Braille, sintetizador de voz, softwares leitores de tela etc.
Auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais.	Auxílios que incluem vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, sistemas com alerta tátil-visual, celular com mensagens escritas e chamadas por vibração, software que favorece a comunicação ao telefone celular transformando em voz o texto digitado no celular e em texto a mensagem falada.	Livros, textos e dicionários digitais em língua de sinais. Sistema de legendas (close-caption/subtitles). Avatares LIBRAS
Mobilidade em veículos	Acessórios que possibilitam uma pessoa com deficiência física dirigir um automóvel, facilitadores de embarque e desembarque	Elevadores para cadeiras de rodas (utilizados nos carros particulares ou de transporte coletivo), rampas para cadeiras de rodas, serviços de autoescola para pessoas com deficiência
Esporte e Lazer	Recursos que favorecem a prática de esporte e participação em atividades de lazer	Cadeira de rodas/basquete, bola sonora, auxílio para segurar cartas e prótese para escalada no gelo

Fonte: adaptado de Bresch (2017) e Motta (2020).

Diante do exposto, percebe-se que os recursos de Tecnologia Assistiva são ferramentas importantes de inclusão, tendo em vista que podem estar presentes

em todas as atividades desenvolvidas ao longo da vida pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Alguns estudiosos como Bresch (2017) e Galvão Filho (2013) alertam para a importância de diferenciar Tecnologia Assistiva de outras tecnologias que não atendam ao seu propósito, como por exemplo, as tecnologias educacionais utilizadas como estratégia metodológica aplicadas para todos os alunos, é apenas um recurso pedagógico. Por outro lado, quando esta mesma tecnologia é utilizada para romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam ou impedem o acesso às informações pelos estudantes com deficiência, deve ser considerada Tecnologia Assistiva.

O desenvolvimento de materiais didáticos também é um ponto importante a ser considerado na promoção da inclusão no âmbito educacional. “A qualidade do material didático deve ser estrategicamente pensada e deve abarcar desde políticas públicas estruturadas até os recursos mais simples que possam ser utilizados para superar as barreiras que impedem a aprendizagem” (Lavorato, 2018, p. 73).

Segundo Freitas (2007, p. 21) materiais didáticos, conhecidos também como recursos ou tecnologias educacionais, referem-se a “todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”, incluindo, também, o uso de mapas e outras atividades práticas com o fim específico de fomentar a aprendizagem .

A educação inclusiva pressupõe “[...] materiais pedagógicos distribuídos nos ambientes de aprendizagem [...] acessíveis a todos os indivíduos sem necessidade de adaptação ou tratamento especial” (Macedo, 2013, p. 134).

Nesse sentido, elaboração de materiais didáticos digitais acessíveis, pressupõe o uso do princípio do Desenho Universal, importante ferramenta de inclusão, que é o desenvolvimento da tecnologia de maneira mais flexível, exigindo menos esforço adaptativo, uma vez que contempla as diferentes habilidades e necessidade das pessoas, como por exemplo, a projeção de ambientes com rampas e outros espaços acessíveis ou adaptados, filmes com audiodescrição e tradução para Libras (Silva, 2010; Brasil, 2014).

A principal diretriz a ser observada no processo de criação de objetos de aprendizagem acessíveis é referente a apresentação do conteúdo que deverá [...] “apresentar pelo menos uma mídia equivalente, em formato diferente ou uma mídia alternativa, se não for possível, uma mídia equivalente; uma mídia de acesso textual,

equivalente ou alternativo” (Macedo, 2013, p. 129).

O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no cenário educacional trouxe novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, ampliou os formatos dos materiais didáticos para suportes mais dinâmicos e atrativos, integrando som, imagem, movimento e hipermídia. A disponibilidade do referido material por meio da internet e de múltiplos dispositivos móveis, como: tablets e smartphones, também representa uma significativa mudança, no sentido de reduzir as barreiras de acesso ao conteúdo (Limberger; Cruz, 2016, p. 24).

No contexto da educação inclusiva, esses novos formatos quando integrados aos recursos de Tecnologia Assistiva tornam o acesso ao conhecimento possível para as pessoas com deficiência, minimizando as barreiras comunicacionais e informacionais.

6 MAPEAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS ACESSÍVEIS RELACIONADOS A PROPRIEDADE INTELECTUAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Para a realização do mapeamento proposto, fez-se necessária uma busca na base de dados dos cursos e instituições de educação superior do Ministério da Educação (Sistema e-mec). Como as bibliotecas universitárias são hierarquicamente vinculadas às universidades, o primeiro passo do mapeamento foi detecar-las conforme informações do e-mec.

A partir dos resultados da busca no Sistema e-mec, foi possível coletar dados importantes, tais como: nome da universidade, endereço eletrônico e local de funcionamento (região/estado e município) que possibilitaram alcançar o objetivo do mapeamento dos sistemas de biblioteca com o propósito de identificar por meio da consulta nas páginas oficiais disponibilização de produtos e serviços acessíveis relacionados à Propriedade Intelectual. Os dados foram coletados diretamente das páginas oficiais na Internet, ou seja, as informações se referem apenas ao que está publicizado por este meio.

6.1 Etapas do mapeamento

Os dados foram coletados no período de 4 a 16 de janeiro de 2023, no sistema e-mec (e-mec.mec.gov.br). Conforme esses dados, no Brasil, há 68 universidades federais ativas, distribuídas nas 5 regiões do país (Brasil, 2023). Essa informação foi coletada a partir do formulário de busca avançada, utilizando os filtros: busca por Instituição de Ensino Superior (IES); categoria: administração pública federal; organização acadêmica: universidade, conforme figura 2:

Figura 2 - Página de busca e-mec das IES

Fonte: Brasil (2023).

O resultado da busca foi gerado em planilha eletrônica pelo próprio sistema em 09 de março de 2023, contendo os dados detalhados de cada Universidade (ANEXO E).

A partir desses dados passou-se para a etapa seguinte, que foi identificar os sistemas de bibliotecas vinculados a essas instituições. As pesquisas foram realizadas por meio do site oficial de cada universidade indicado na planilha. Após isso, buscou-se em cada site institucional, a página do Sistema de Bibliotecas correspondente. Importante destacar, que foram encontrados outros nomes para designar os serviços de biblioteca, como por exemplo: Divisão de Bibliotecas, Diretoria Integrada de Bibliotecas, Sistema de Bibliotecas, Diretoria de Bibliotecas e Biblioteca Central, porém todas agrupavam produtos, serviços, bem como, informações complementares e esta pesquisa uniformizou o termo Sistema de Bibliotecas para todas as designações descritas acima.

A busca iniciou-se pelos temas envolvendo Propriedade Intelectual, independente da categoria, seguidas das buscas por acessibilidade. As informações coletadas foram organizadas em planilha eletrônica, para posterior análise.

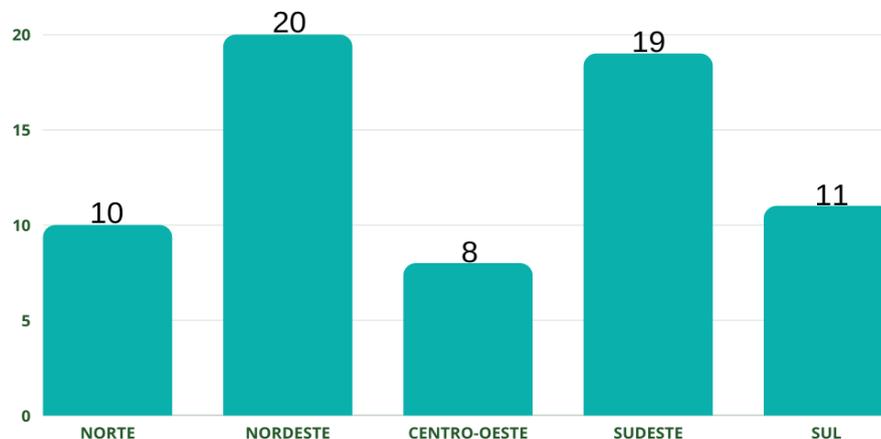
6.2 Resultados

As universidades desempenham um importante papel na formação profissional de indivíduos nas mais diversas áreas do conhecimento, levando ao mercado de trabalho profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país (Vasconcelos; Santos, 2019).

Desde 1998 vem sendo registrada a expansão do número de vagas e cursos ofertados nas universidades, mas foi a partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo governo federal, é que de fato, o número de universidades federais cresceu significativamente (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020).

Atualmente, no Brasil há 68 universidades federais ativas, distribuídas nas 5 regiões, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Univesidades Federais Brasileiras



Fonte: Brasil (2023).

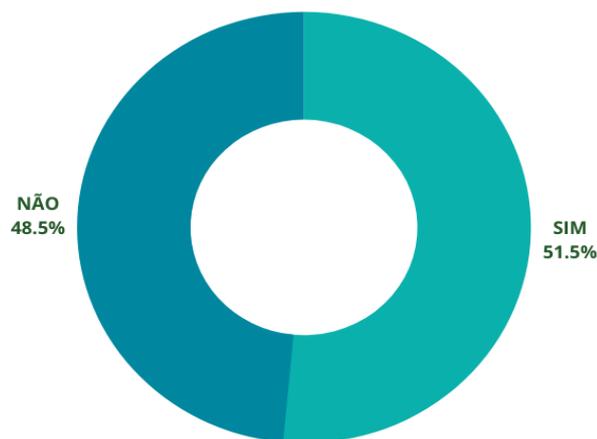
As regiões que mais detém universidades federais são as regiões Nordeste (20) e Sudeste (19), e a que concentra menor número é o Centro-Oeste, com apenas 8. Detalhando esses dados por Estado, Minas Gerais é o que mais concentra universidades, detém 11 das 19 universidades da região, seguido do Rio

Grande do Sul com 4, São Paulo com 3 e Espírito Santo com 1.

Na região Norte, o estado do Pará destaca-se com 4 universidades federais, os demais Estados possuem apenas 1, cada. Na região Nordeste, os Estados com mais universidades são: Bahia e Pernambuco, com 4; seguidos do Ceará com 3; Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte tem 2 cada; Alagoas, Maranhão e Sergipe com 1. O Estado do Goiás, na região Centro-oeste, concentra 3 universidades, seguida de Mato Grosso com 2 e os demais, com apenas 1, cada. O Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul, possui 6 universidades, Paraná detém 3 e Santa Catarina 2.

Em relação ao serviço de acessibilidade, a pesquisa contemplou especificamente o serviço de acessibilidade ofertado pelos Sistemas de Bibliotecas. Dos 68 sistemas de biblioteca mapeados, 35 (51,47%) disponibilizam algum produto ou serviço acessível às pessoas com deficiência e 33 (48,53%) não disponibilizam, conforme demonstrado no Gráfico 3. Para este item não foram incluídos materiais informacionais impressos, como livros em braile e materiais ampliados.

Gráfico 3 - Sistemas de Bibliotecas Universitárias Federais que disponibilizam produto/serviço de acessibilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme a análise dos dados, destacam-se os produtos/serviços ofertados pelos Sistemas de Bibliotecas, a seguir:

A Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA), projeto cooperativo de Instituições de Ensino Superior que visa fomentar o intercâmbio e

reunir em um único ambiente, um acervo de materiais acadêmicos com requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou outras que impossibilitem a leitura de textos impressos (Melo; Furtado; Malheiros; Sousa, 2022).

Compõem essa rede, 18 instituições de ensino superior brasileiras, dentre as quais, 15 universidades federais, 02 institutos federais e 01 universidade estadual: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Goiás, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Federal da Paraíba, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Melo; Furtado; Malheiros; Sousa, 2022).

O Repositório de Informação Acessível (RIA) que permite ao usuário com deficiência visual acessar catálogo e realizar o download dos textos acadêmicos em formato acessível, disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023).

O acesso à biblioteca on-line Dorinateca, que disponibiliza o download de livros acessíveis a pessoas com deficiência visual residentes no Brasil e organizações em território nacional que promovam o livro e a leitura inclusiva, disponibilizada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Sul da Bahia (Universidade Federal do Sul da Bahia, 2023).

O serviço de orientação para a formatação de documentos digitais (textos, planilhas e slides) aplicando os recursos de acessibilidade, ofertado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia (Universidade Federal de Uberlândia, 2023).

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) disponibiliza o “Guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar”. (UFSCAR, 2023). Documento importante para nortear as produções de conteúdos sobre variados temas relevantes para a comunidade acadêmica, considerando a acessibilidade informacional.

Além disso, as ferramentas mais utilizadas para a promoção da acessibilidade informacional citadas nas páginas oficiais dos Sistemas de Bibliotecas foram os softwares Dosvox e NonVisual Desktop Access (NVDA), como recursos de tecnologia assistiva para a promoção da acessibilidade. Em todos os casos, esses softwares são instalados nos computadores reservados para o uso dos usuários que necessitam desse recurso para leitura.

O software Dosvox é um sistema para microcomputadores “[...] que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho (UFRJ, 2002). O NVDA é um software livre, de código aberto que tem a função de leitor de tela, compatível com o sistema operacional Windows. “As informações do programa são fornecidas através de voz sintética e/ou Braille e permitem, às pessoas com deficiência visual, acessar o computador de forma autônoma” (NVACCESS, 2023).

Infere-se, após análise dos dados, que as ações, produtos ou serviços relacionados à promoção da acessibilidade nos sistemas de bibliotecas pesquisados voltam-se mais às pessoas com deficiência visual, cegos/baixa visão, do que para outras deficiências. Apenas 03 (três) desses sistemas ofertam vídeos com tradução na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) sobre produtos ou serviços ofertados, de modo geral, voltados para usuários com deficiência auditiva.

Sobre o tema Propriedade Intelectual, apenas 18 (dezoito) sistemas de bibliotecas ofertam ou já ofertaram algum tipo de produto ou serviço referentes ao escopo de PI (Gráfico 4). Para esta análise foram considerados: treinamentos, palestras, informativos, artigos, manuais, minicursos, *softwares*, vídeos instrucionais, dentre outros.

Gráfico 4 - Bibliotecas que ofertam produto/serviço relacionados a Propriedade Intelectual



Fonte: Elaborado pela autora conforme dados da pesquisa (2023).

Em relação aos temas de propriedade intelectual, os resultados encontrados foram organizados em quadro, separados por sistema de biblioteca, categoria e tipo de produto/serviço (Quadro 3).

Conforme demonstrado no Quadro 3, o tema de propriedade intelectual mais recorrente foi direito autoral, no subtema plágio acadêmico, que está diretamente relacionado ao processo de escrita científica.

Quadro 3 - Temas sobre PI abordados

Sistema de Bibliotecas	Categoria de PI	Produtos/serviço
UFERSA	Direito Autoral	Campanha antiplágio com divulgação de PI; Cartilha sobre plágio acadêmico (desenvolvida por outra Universidade); Software antiplágio
UFC	Direito Autoral	Softwares antiplágio
UFRA	Direito Autoral	Aba “plágio” com informações sobre direito autoral; Softwares antiplágio
UFGD	Direito Autoral	Treinamento sobre plágio acadêmico
UNB	Direito Autoral	Software antiplágio
UNIFAL	Direito Autoral	Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UJFJ	Direito Autoral	Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFU	Direito Autoral	Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UNIFESP	Direito Autoral	Software antiplágio
UFSCAR	Direito Autoral	Série de vídeos acessíveis sobre direito autoral e plágio Softwares antiplágio
	Propriedade Industrial	Projeto de extensão STARTECA em parceria com o setor de Inovação e Empreendedorismo Espaço do pesquisador com uma seção sobre Propriedade Intelectual mencionando todas as categoriais
UFRJ	Direito Autoral	Rodas de conversa sobre plágio acadêmico
UNIRIO	Propriedade Industrial	Busca de patente, mediante preenchimento de formulário, contendo termo de sigilo
UFRRJ	Direito Autoral	Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFPR	Direito Autoral	Manual de Normalização com seção sobre plágio e tipos de licença
UFSC	Direito Autoral	Artigo sobre plágio; Manual de normalização com seção sobre plágio Comissão de plágio e má-conduta
	Propriedade Industrial	Orientação para pesquisa em base de dados de patente
UFRGS	Direito Autoral	Curso de extensão sobre plágio e demais condutas inadequadas na pesquisa; Guia de ferramentas antiplágio Aba sobre direitos autorais e imagem; Conteúdo audiovisual sobre direitos autorais na produção de material educacional digital e em mídias digitais.
FURG	Direito Autoral	Softwares antiplágio
UFCSPA	Direito Autoral	Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa. (2023)

A Lei 9.610/1998 que trata sobre direito do autor não traz em seus artigos definição para o termo plágio, sendo assim, pode ser entendido como “[...] falsa atribuição da criação de uma obra ou de parte dela, em evidentemente ofensa ao direito de paternidade do autor plagiado” (Zanini, 2017, p. 3). Em outras palavras, é assumir a autoria de uma criação intelectual pertencente a terceiros.

No meio acadêmico, onde essa prática vem sendo identificada com frequência, o plágio ocorre quando a produção acadêmica “[...] é apresentada com apropriação indevida de ideias, textos, imagens ou qualquer outra forma de expressão sem o devido crédito à autoria original.” (Batista; Costa, 2022, p. 5).

Em 2011, por recomendação da Ordem do Advogados do Brasil (OAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou o documento “Orientações Capes – combate ao plágio” com recomendações para que as instituições de ensino superior adotassem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, com procedimentos específicos no intuito de coibir a prática do plágio na escrita de trabalhos acadêmicos por discentes e demais membros da comunidade (CAPES, 2011).

Infere-se pelos resultados obtidos que, os Sistemas de Bibliotecas identificados com a oferta de produtos ou serviços em Propriedade Intelectual, 90% aborda o subtema plágio acadêmico, fazendo com que a universidade atenda ao disposto no referido documento, além de colaborar de forma mais efetiva na conscientização dos usuários em relação à observância da ética e normas de conduta na pesquisa científica.

A Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 2019 desenvolve o projeto Starteca, que é um espaço destinado ao fomento da inovação e empreendedorismo de base tecnológica no local (Universidade Federal de São Carlos, 2023). Além disso, a Biblioteca desenvolveu uma série de vídeos sobre plágio, disponíveis em seu canal do Youtube.

Em relação aos softwares para detecção de plágio e similaridade, 06 (seis) Sistemas de Bibliotecas disponibilizam em suas páginas o nome com o link para acesso. Dentre os quais, estão: *Copyspider*, *Viper*, *Plagium*, *Plagiarism*, *Turnitim*, Farejador de plágio; *Plágius* e *Grammarly*. A maioria desses softwares disponibiliza uma versão gratuita, com menos recursos, sendo necessária a aquisição de um plano para uma busca mais avançada. A utilização desses softwares no processo de escrita científica deve ser vista como uma forma de

garantir a ética e a boa conduta no manejo dos dados e não como uma sanção previamente aplicada.

O Scanner Planetário, serviço de digitalização ofertado por três sistemas de bibliotecas, que permite a digitalização de materiais do acervo, mas antes do procedimento, o usuário recebe instruções para ciência e aceite no uso do material, em conformidade com a Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

O tema Propriedade Industrial, representado pelas patentes aparece em segundo lugar, mas com pouca expressividade, com três menções. A Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferta o serviço de orientações para pesquisa de base de dados de patentes; a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) oferta o serviço de busca de patente, mediante preenchimento de formulário e assinatura de termo de sigilo; o Sistema de Bibliotecas da UFSCar traz as informações sobre Patente de forma mais detalhada, com guias para a busca de patentes, Classificação Internacional de Patentes e operadores lógicos para utilização na busca, na guia Espaço do Pesquisador, na seção Propriedade Intelectual.

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do país, que disponibiliza conteúdos científicos produzidos nacional e internacionalmente. As universidades federais brasileiras se enquadram como participantes e por isso, sua comunidade acadêmica tem acesso aos conteúdos de forma gratuita (CAPES, 2023).

Por meio desse Portal, é possível encontrar 10 (dez) bases de dados de patentes, que são: Bases de Patentes do INPI; *Derwent Innovation Index*; *Espacenet (European Patent Office)*; *Google Patents*; *Latipat*; *Patentscope*; Revista Eletrônica de Propriedade Intelectual (RPI); *Scinfider Index*; *The Lens* e *US Patent Full – text and Image Database (USPTO)*. O treinamento do usuário nessas bases é de suma importância para a busca de anterioridade e prospecção tecnológica, etapas que antecedem o processo de pedidos de concessão de patentes, registros de marcas e desenho industrial.

Ainda assim, percebe-se que não há nas bibliotecas, a apropriação desse conteúdo por parte dos bibliotecários para posterior disseminação à comunidade acadêmica, o que pode distanciar mais ainda o usuário, da cultura de propriedade intelectual. É necessário, também, que haja uma proximidade entre as bibliotecas e

os núcleos de inovação tecnológica das instituições, para que a primeira colabore, no sentido de instrumentalizar o pesquisador, gerando autonomia na busca por informações de cunho científico e tecnológico.

As outras subcategorias da Propriedade Industrial: marca, desenho industrial e indicações geográficas não foram mencionadas. As categorias topografia de circuitos integrados, registros de cultivares e patrimônio genético são mencionadas apenas pelo Sistema de Bibliotecas da UFSCar, de forma geral, com indicação da legislação específica.

Em relação à acessibilidade dos produtos ou serviços ofertados sobre Propriedade Intelectual disponibilizados pelos Sistemas de Bibliotecas identificou-se que a série de vídeos sobre direito autoral e plágio acadêmico ofertado pelo SIBI/UFSCar tem os recursos de acessibilidade: tradução em Libras e legendas.

Além disso, utiliza linguagem simples e pode ser acessado por qualquer interessado, por meio do canal oficial do SIBI/UFSCar no Youtube. Esse tipo de iniciativa quando adotada nas Bibliotecas promove a inclusão por meio da acessibilidade informacional, de forma equânime, garantindo o acesso a todos, direito fundamental preconizado pela Constituição Federal. Cabe destacar, que o referido sistema de bibliotecas, dentre os que disseminam a cultura da Propriedade Intelectual, é o que aborda o maior número de assuntos relacionados.

7 DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL ACESSÍVEL

Apresenta-se nessa seção o processo de desenvolvimento do material didático digital acessível intitulado “Caminhos para o acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos”.

7.1 Documentos basilares para a elaboração do material didático digital acessível

Para a elaboração do produto proposto foi necessária a busca por documentos norteadores com diretrizes e recomendações necessárias para o alcance da acessibilidade necessária para o público almejado.

No âmbito internacional, o documento de referência com o estabelecimento de diretrizes para a promoção da acessibilidade na web surgiu em 1999, sob o título “*Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*”, criado pela WAI/W3C.

Em 2008 foi atualizada para a versão, WCAG 2.0, que ao ser publicada transformou-se na norma ISO/IEC 40500 de 2012. Sua versão mais recente, a WCAG 2.1 incluiu recomendações para conteúdos disponibilizados em computadores de mesa, notebooks e dispositivos móveis e estruturada em princípios globais, diretrizes, critérios de sucesso e técnicas (Souza; Mont’Álvão, 2018; Garcia, 2019).

As recomendações contidas no documento (Quadro 4) incluem quatro princípios que norteiam as bases de acessibilidade na web: perceptível, operável, compreensível e robusto. Cada princípio dispõe de diretrizes que devem ser observadas pelo autor para tornar o conteúdo acessível. As diretrizes fornecem critérios de sucesso, classificadas em níveis de conformidade, sendo “A”, o mais baixo e “AAA” o mais elevado. Além disso, o documento traz, ainda, um conjunto técnicas a serem aplicadas a cada uma das diretrizes e critérios de sucesso (W3C, 2014).

Quadro 4 - Recomendações de acessibilidade WCAG

Princípios	Diretrizes
Perceptível	conteúdo da página deve ser perceptível para todos os usuários, independentemente de suas habilidades sensoriais, tais como: alternativas em texto para imagens, legendas em vídeos, controle de áudio e contraste.
Operável	website operável por todos os usuários, incluindo aqueles com deficiências motoras ou dificuldades de coordenação, tais como: navegação por teclado, tempo suficiente para interação com conteúdo, evitar elementos que porventura causem convulsões ou outras reações negativas.
Compreensível	conteúdo compreensível para todos os usuários, independentemente de seu nível de experiência ou habilidades cognitivas, tais como: linguagem clara, simples, fornece suporte para auxiliar usuários.
Robusto	website deve ser robusto e compatível com diferentes tecnologias assistivas, navegadores e dispositivos, tais como: usar padrões web atualizados, fornecer alternativas de conteúdos que não podem ser reproduzidos em determinados dispositivos, compatibilidade com leitores de tela e outros dispositivos de acessibilidade.

Fonte: W3C (2014).

Seguindo as diretrizes de acessibilidade propostas no documento, o conteúdo alcançará uma gama maior de pessoas com deficiência, como “[...] cegueira e baixa visão, surdez e perda auditiva, dificuldades de aprendizagem, limitações cognitivas, movimentos limitados, deficiências de fala, fotossensibilidade e combinações destes” (W3C, 2014).

O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), versão especializada do WCAG adotada no Brasil, atende as políticas de inclusão, a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais leis que norteiam o processo de promoção da acessibilidade e “[...] tem o compromisso de ser o norteador no desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo acesso a todos” (Brasil, 2014; Garcia, 2019).

As recomendações trazidas no documento foram divididas por seções, a saber: marcação; comportamento (DOM); conteúdo/informação; apresentação/design; multimídia e formulário, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Recomendações de acessibilidade eMAG

Seções	Descrição
Marcação	orientações sobre estrutura e ao uso correto de elementos de marcação na criação de um website acessível.
Comportamento (DOM)	interatividade e ao comportamento dinâmico de um website. É importante garantir que todas as funcionalidades interativas sejam acessíveis, incluindo menus, barras de navegação, botões, links e outros elementos interativos.
Conteúdo/informação	conteúdo textual e informativo do website. É importante que o conteúdo seja claro, conciso e de fácil compreensão.
Apresentação/Design	aparência visual e ao design do website, considerando contraste de cores e se adapte a diferentes tamanhos de tela e dispositivos.
Multimídia	inclusão de conteúdo de áudio e vídeo no website, fornecer alternativas textuais para imagens e vídeos, como legendas para vídeos e descrições de áudio para imagens
Formulário	Recomenda-se que os formulários sejam de fácil compreensão, com instruções claras e etiquetas descritivas para os campos

Fonte: Brasil (2014).

As recomendações trazidas neste documento apresentam diretrizes que possibilitam a execução da acessibilidade digital de maneira uniforme, de fácil implementação, alinhada às exigências do Brasil e em conformidade com os padrões internacionais (Garcia, 2019).

O Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis editado pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual, traz parâmetros para os recursos de acessibilidade: audiodescrição, legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) e janela de libras, que deverão ser observados pelos profissionais da área e todos os interessados na aplicação ou avaliação de recursos em produções audiovisuais para o atendimento da comunidade de pessoas com deficiência visual e auditiva no país (Brasil, 2016).

A acessibilidade em produções audiovisuais deve ser pensada em todas as suas fases, desde o desenho do projeto até sua distribuição e não apenas como complemento a ser incorporado após sua finalização (Brasil, 2016).

7.2 Softwares utilizados para desenvolvimento do produto

O Quadro 6 apresenta os softwares utilizados, sua caracterização e funcionalidade para o desenvolvimento do material.

Quadro 6 - Softwares utilizados no desenvolvimento do material didático

Ferramenta	Descrição
Adobe Premiere CC 23.2	Software para criação de vídeo avançado, personalizável e não linear que permite edição de vídeos, importação e combinação de mídias.
Adobe Audition CC 23.2	Conjunto de ferramentas que inclui um visor de trilhas em forma de onda, de espectro e de várias trilhas para criação, mixagem, edição e restauração de conteúdo em áudio.
Adobe After Effects CC 23.2.1	Software para criação de gráficos com movimento e efeitos visuais, usado, principalmente em pós-produção de vídeo, filmes, DVDs.
Magix Sound Forge 10	Software de edição e criação de áudio digital. Recomendado ao uso profissional e semi-profissional do mercado de gravadoras e estúdios de gravação.
Izotope RX 7	Software para ações corretivas de áudio, elimina problemas ocorridos durante as gravações, como por exemplo, clips e saturações.

Fonte: Adaptado de Adobe; E-commerce Brasil; MAGIX (2023).

7.3 Metodologia

A primeira etapa desse processo iniciou-se com reunião entre os profissionais envolvidos (um editor de vídeo; um intérprete de libras; um sonoplasta, uma pedagoga; uma bibliotecária e uma audiodescritora) com o intuito de compreender a proposta e delinear o formato mais adequado para o fim proposto.

A segunda etapa desenvolvida foi a gravação de áudio do conteúdo selecionado para o material didático digital acessível, realizada no Laboratório do Curso de Graduação em Comunicação Social - Rádio e TV (LabRadio) em parceria com o Departamento de Comunicação Social da UFMA. A captura e edição do áudio foi realizada por um sonoplasta, graduado em Comunicação – Rádio/TV.

A terceira etapa se constitui na gravação do vídeo de apresentação do material que foi realizada em parceria com o Instituto Florence de Ensino Superior (IFES), com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, no estúdio de gravação de videoaulas. A gravação do vídeo foi realizada pelo editor de vídeo e

estudante de Comunicação – Rádio/TV.

A quarta etapa contou com a seleção de vídeos e imagens disponíveis nos bancos de dados dos seguintes sites: *pexels*; *unplashpix* e *lifeofvideoss pixabay*. Foram utilizadas as palavras-chave: “propriedade intelectual”; “pessoas criando”; “tecnologia”; “indústria”; “experimentos de laboratório”; “escritores” e “direito autoral” como estratégia para a seleção dos vídeos e imagens.

A quinta etapa contou com a interpretação de libras, realizada por um Intérprete de Libras, graduado em Letras/Libras, no estúdio Faculdade Florence. Para este serviço, o profissional, de posse do texto escrito, realizou a gravação separadamente.

A sexta etapa, refere-se à Audiodescrição das imagens, realizada por uma profissional graduada em Comunicação Social – Rádio/TV, especialista em Audiodescrição e contou com a assessoria de uma pessoa com deficiência visual, para validar o serviço.

Após o cumprimento das etapas descritas, a edição do material foi finalizada, com a inclusão dos recursos de acessibilidade já elencados, para a entrega à demandante (ANEXO B), e posterior disponibilização para validação do público-alvo.

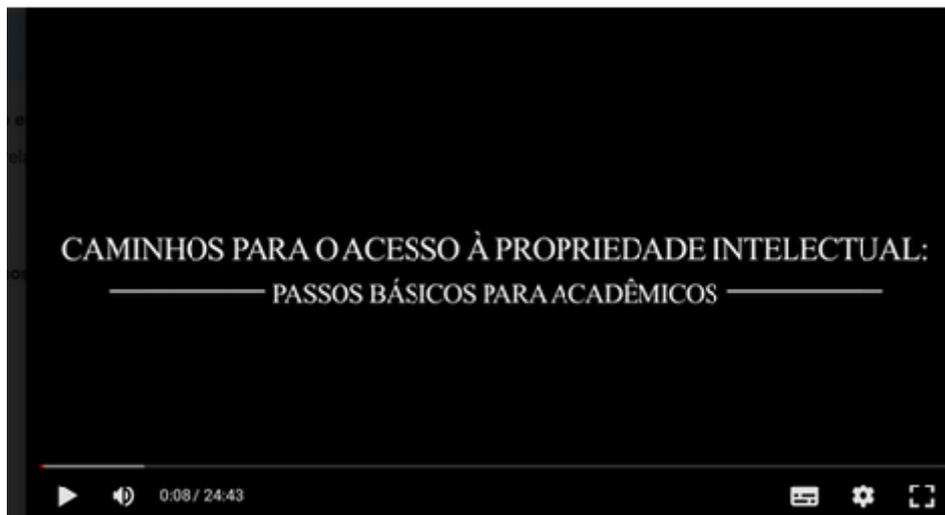
8 RESULTADOS

O material didático digital acessível “Caminhos para o acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos” é um material audiovisual que contém som, imagens e vídeos para ilustrar o conteúdo disponibilizado e os recursos de acessibilidade: tradução em Libras, legendas e audiodescrição para torná-lo acessível às pessoas com deficiência visual e auditiva. A narração contida no material foi realizada pela autora.

O referido material, poderá ser visualizado por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1kr61kF3YnZfS6JjDxHth5NAMo-aynrzG/view?usp=sharing>. Esta versão contém: apresentação, introdução, propriedade industrial (patente, marca, desenho industrial e indicações geográficas), direito autoral e encerramento, conforme exemplos a seguir:

a) abertura: após a logo da DIB e do PROFNIT, inicia-se com o título do material e em seguida, apresentação contendo um vídeo da autora explicando de forma sucinta o objetivo do material e o conteúdo abordado, a legenda, a janela de libras e a audiodescrição foram incluídas no momento da edição (Figura 3);

Figura 3 - Print do início do vídeo com título do material didático



Fonte: elaborado pela autora (2023).

b) propriedade intelectual: fala-se do conceito de propriedade intelectual adotado pela OMPI, seguido de explicação em linguagem simples e

vídeos com exemplos para facilitar o entendimento (Figura 4);

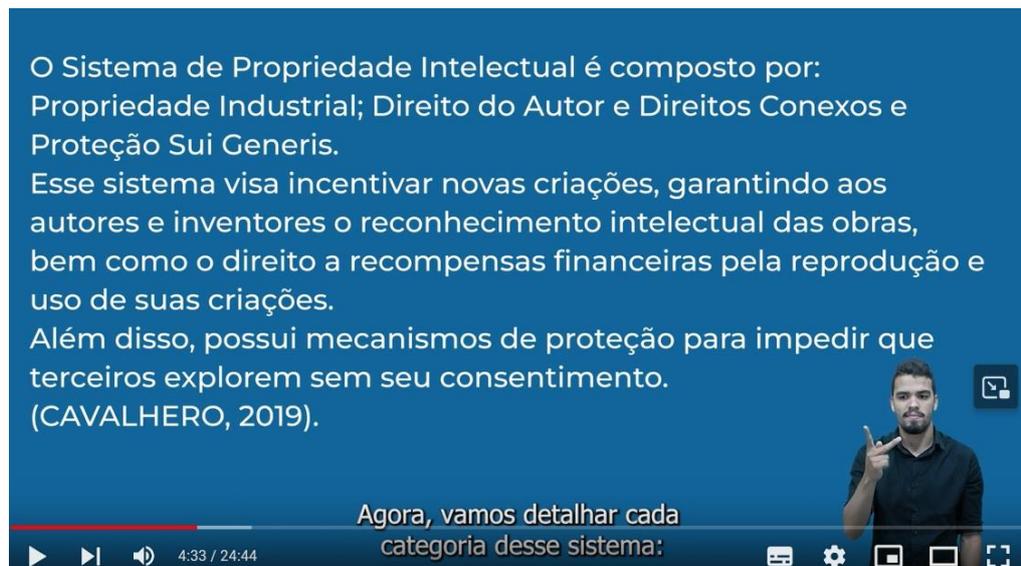
Figura 4 - Print da abertura do tema Propriedade Intelectual



Fonte: elaborado pela autora (2023)

- c) O sistema de propriedade intelectual: detalha a composição do Sistema de Propriedade Intelectual, bem como explica de maneira sucinta, os direitos de autores e inventores sobre suas criações ou invenções (Figura 5);

Figura 5 - Print do trecho sobre Sistema de Propriedade Intelectual



Fonte: elaborado pela autora (2023).

d) propriedade industrial – Patente: antes de falar sobre o conceito de patente, introduz-se o tema com a importância das invenções para a sociedade. Diferencia-se patente de invenção e modelo de utilidade, lista os requisitos de patenteabilidade, abrangência da proteção e validade da patente (Figura 6);

Figura 6 - Print da abertura do trecho sobre Propriedade Industrial:patente



Fonte: elaborado pela autora (2023).

e) marca: compreende o conceito, a natureza, formas de apresentação, tempo de vigência, abrangência geográfica da proteção. Foram utilizados exemplos de marcas conhecidas para facilitar a identificação do tipo (Figura 7)

Figura 7 - Print da abertura do trecho sobre Marca



Fonte: elaborado pela autora (2023).

f) desenho industrial: compreende conceito, tipos, requisitos para concessão, tempo de vigência do registro e abrangência geográfica da proteção. Contém exemplos de desenho industrial bidimensional e tridimensional (Figura 8);

Figura 8 - Print da abertura do trecho sobre Desenho Industrial

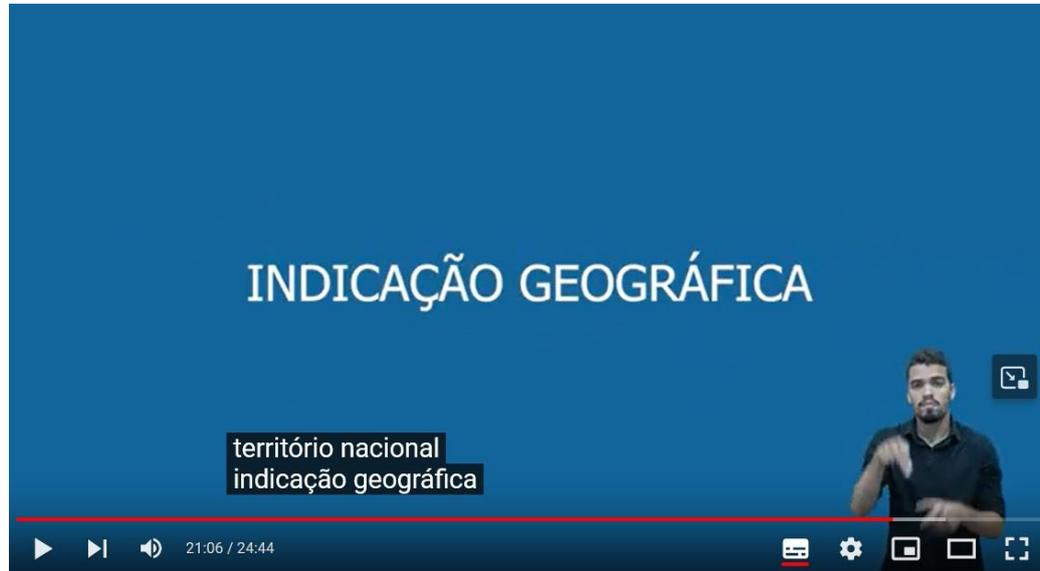


Fonte: elaborado pela autora (2023).

g) Indicação geográfica: compreende conceito, classificação, segundo o INPI. Conceitua Indicação de Procedência e Denominação de Origem,

traz exemplos de cada uma, e um QR code com direcionamento para a página do INPI que disponibiliza a lista das Indicações Geográficas concedidas no Brasil (Figura 9).

Figura 9 - Print da abertura do trecho sobre Indicação Geográfica



Fonte: elaborado pela autora (2023).

h) Direito Autoral: compreende definição de direito autoral, a Lei 9.610 de 1998 que se refere à proteção de direitos autorais, a Lei nº 9.609 de 19 de dezembro de 1998 que trata sobre a proteção de programas de computador, limitações e exceções do direito de autor, prazo de vigência e abrangência (Figura 10).

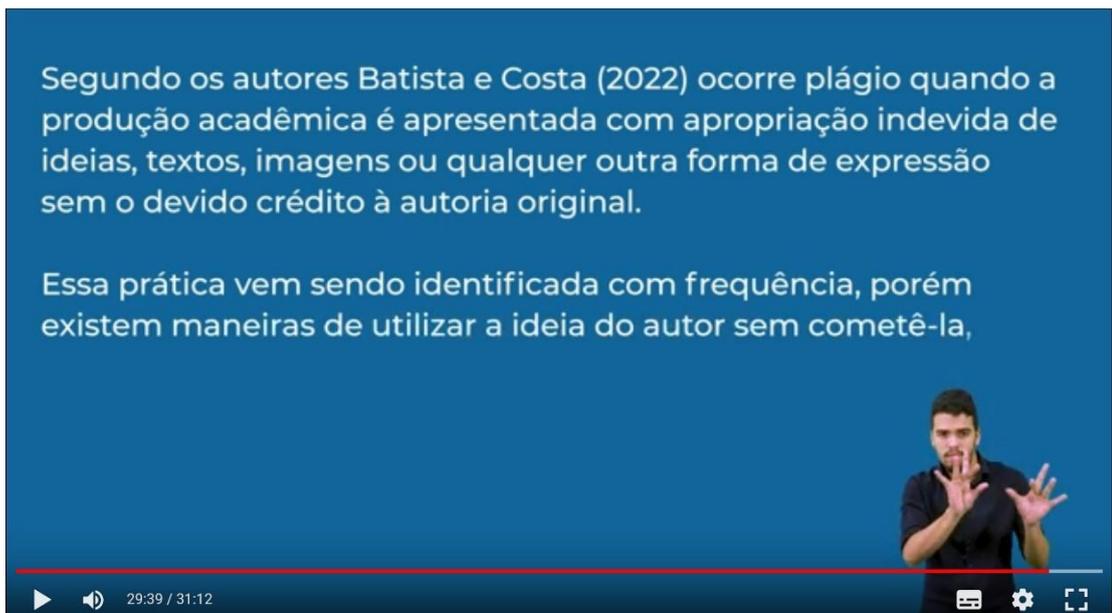
Figura 10: Print da tela sobre Direito Autoral



Fonte: elaborado pela autora (2023).

- i) Plágio: compreende conceito de plágio, bem como informa maneiras de como evitá-lo e indicando o uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas relacionadas a trabalhos acadêmicos e incentiva o usuário a solicitar a ajuda de um bibliotecário (Figura 11) .

Figura 11: Print da tela sobre plágio



Fonte: elaborado pela autora (2023).

O vídeo com os conteúdos mencionados totaliza 31 minutos e 12

segundos. Para facilitar a navegação, será disponibilizado na descrição do vídeo, na plataforma Youtube, um sumário com o tempo de início de cada assunto, para que o usuário tenha autonomia e acesse o conteúdo da forma que mais se adapte às suas necessidades.

O material didático finalizado foi avaliado pelo público-alvo, por meio de questionário eletrônico *google forms*, enviado por e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas - *Whatsapp* (APÊNDICE D). O questionário continha o link do vídeo, 5 (cinco) perguntas fechadas e 1 (uma) aberta. Para isso, contou-se com o auxílio da DACES - no sentido de encaminhar para os discentes com deficiência visual e auditiva - e com o de uma servidora membro da Comissão Intersetorial da Acessibilidade, a fim de encaminhar aos servidores. Participaram da avaliação 8 pessoas - 5 com deficiência visual (2 cegos e 1 com baixa visão), 2 com deficiência auditiva (1 com surdez e outra com surdez parcial) e 1 com as duas deficiências, baixa visão e surdez.

Quando questionados se o material promove acessibilidade comunicacional, 75% concordaram totalmente e 25% concordaram parcialmente. Sobre a compreensão do conteúdo, 87,5% concordaram totalmente que o material é compreensível e 12,5% concordaram parcialmente. Quanto a apresentação do material, todos os respondentes concordaram totalmente que sua apresentação é dinâmica. Em relação à relevância do tema para a formação dos participantes, 87,5% concordaram totalmente e 12,5%, parcialmente. As sugestões de melhorias foram relacionadas aos ajustes do recurso audiodescrição, janela de libras e posição do texto. (ANEXO D)

Conforme os resultados obtidos, infere-se que, o material didático foi bem avaliado pelo público para o qual se destina, embora tenham sido indicados pontos a melhorar. Esses resultados serão analisados e considerados para o aperfeiçoamento tanto do conteúdo, quanto da utilização adequada dos recursos de acessibilidade.

9 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DE TCC

- a) Matriz SWOT (APÊNDICE A);
- b) Modelo de negócio CANVAS (APÊNDICE B);
- c) Elaboração de Artigo Científico para submissão em Periódico Científico, classificação mínima Qualis B3 (APÊNDICE C);
- d) Submissão do Artigo “Mapeamento de produtos e serviços relacionados a Propriedade Intelectual em Bibliotecas Universitárias brasileiras”, submetido ao Periódico Cadernos de Prospecção, *qualis* B2 (ANEXO A);
- e) Texto dissertativo, no formato recomendado pelo PROFNIT;
- f) Material didático sobre Propriedade Intelectual para fora do PROFNIT: “Caminhos para o acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos”.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo identificou 68 (sessenta e oito) sistemas de bibliotecas vinculadas às universidades federais brasileiras. O mapeamento realizado demonstrou que as bibliotecas universitárias ainda não estão engajadas nas atividades de disseminação da cultura da propriedade intelectual. Os resultados mostraram que apenas 18 (dezoito) universidades ofertam algum produto ou serviço relacionado à área, identificando a categoria direito autoral como a mais recorrente, sobretudo, o tema plágio acadêmico, que impacta na escrita acadêmica.

É importante destacar que as bibliotecas universitárias devem buscar meios para a disseminação da informação de forma equânime, garantindo a todos o acesso à informação, garantia dada aos cidadãos pela Constituição Federal Brasileira vigente. Além disso, deve assumir seu papel no ecossistema de inovação, auxiliando pesquisadores no processo de busca de proteção de direitos de propriedade intelectual por meio da oferta de serviços voltados ao tema.

Ademais, quando se verifica se os produtos ou serviços ofertados são acessíveis à toda comunidade acadêmica, observando as especificidades de cada um, percebe-se que a acessibilidade informacional também não está sendo observada a contento, observou-se que há a disponibilização de tecnologias assistivas, tais como, softwares para leitura de tela, lupas eletrônicas e materiais em Braille, por cerca de 52% delas. O estudo identificou, ainda, iniciativas importantes para a promoção da acessibilidade informacional para usuários com deficiência visual, como o acesso à rede REBECA, à biblioteca virtual DORINATECA e ao Repositório Institucional Acessível (RIA).

O material didático digital “Caminhos para o acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos” foi desenvolvido com uma linguagem simples, de fácil entendimento, com recursos de acessibilidade para usuários com deficiência visual, cegos e baixa visão, e com deficiência auditiva. Considerou-se os recursos de acessibilidades recomendados no documento “Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis” do Ministério da Cultura e as diretrizes contidas nos documentos da W3C e do E-MAG. Para isso, buscou-se profissionais qualificados nas áreas de tradução em Libras e Audiodescrição.

Ademais a oferta de recursos informacionais acessíveis atende a Resolução nº 2.858/2023 – CONSEPE da Universidade Federal do Maranhão que

trata sobre acessibilidade e inclusão educacional no âmbito da Universidade.

O produto foi encaminhado para avaliação pelo seu público-alvo, por meio do formulário eletrônico, *google forms*, e obteve boa aceitação, o que denota sua relevância no meio acadêmico e o cumprimento do seu objetivo que é disseminar a cultura da propriedade intelectual no meio acadêmico, de forma equânime.

Em relação ao registro, este foi solicitado por meio do portal de serviços públicos do Governo Federal, GovBr , registro de obras intelectuais. A solicitação gerou o protocolo nº 000984.0042483/2023. No caso de obras audiovisuais, o registro é solicitado para o roteiro audiovisual, uma vez que a proteção recai sobre o conteúdo em si e não sobre o suporte de veiculação. O envio da documentação é encaminhada, de forma eletrônica, ao Escritório de Direitos Autorais (EDA) na Biblioteca Nacional (ANEXO C).

Espera-se que o material didático digital acessível “Caminhos para o acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos” contribua para a disseminação da cultura da propriedade intelectual entre os acadêmicos da UFMA.

Por fim, é importante destacar que a temática ainda carece de estudos mais aprofundados e abrangentes, uma vez que as limitações da pesquisa impediram uma análise mais complexa do cenário, tendo em vista que os dados foram coletados apenas das páginas oficiais dos sistemas de bibliotecas na web, sendo assim, outras iniciativas não publicizadas por este meio não puderam ser captadas.

11 PERSPECTIVAS FUTURAS

Tendo em vista que o material didático digital acessível, ora produzido, trata de noções introdutórias sobre propriedade intelectual e não esgota todos os temas e especificidades relacionadas a eles, recomenda-se que esses temas sejam tratados de modo seriado e aprofundado, com exemplos práticos da própria Universidade Federal do Maranhão.

Além disso, os temas não abordados “Topografia de Circuitos Integrados”, “Registro de Cultivares” e “Patrimônio Genético” também são sugestões para estudos futuros, pois tem grande relevância dentro da Universidade.

REFERÊNCIAS

ADA (Americans with Disabilities Act). **National Network**: information, guidance and training on how to implement the Americans with Disabilities Act. Disponível em: <https://adata.org/national-network>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013.

AMARAL, L. C. Pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea. **Legis**, Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p. 33-52, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/lisbr/Downloads/444-Texto%20do%20artigo-1140-1-10-20191023.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **O que é Propriedade Intelectual?** [2022]. Disponível em: <https://abpi.org.br/blog/o-que-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BATISTA, D. S.; COSTA, R. F. Estudo da percepção de estudantes universitários sobre o plágio acadêmico. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, número especial, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/205622>. Acesso em: 20 maio 2023.

BEMFICA, E. A.; CAVALCANTI, A. M. Disseminação da propriedade intelectual como estratégia para Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação: o caso do Sistema Pernambucano de Inovação (SPIn). **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 15, 2019. DOI: 10.9771/cp.v12i1.27222. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/27222>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BERSCH, Rita. **Introdução a tecnologia assistiva**. Porto Alegre: [s. n.], 2017. 20 p. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

BEZERRA, A. C. S.; SILVA NETO, A. F. Acessibilidade no ensino superior: um desafio gerencial à luz da legislação Brasileira. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, v. 25, n. 1, p. 77-89, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/lisbr/Downloads/sysop,+5-5671.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BIAGIOTTI, L. C. M. **A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico da nação**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/27655075/a_importancia_da_propriedade_intelectual_para_o_desenvolvimento_economico_da_nacao?bulkdownload=thispaper-toprelated-sameauthor-citingthis-citedbythis-secondordercitations&from=cover_page. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRANCO, G. *et al.* **Propriedade intelectual**. Curitiba: Aymar, 2011.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Presidência da República.

Ata da VII reunião do comitê de ajudas técnicas. 2007. Disponível em: https://assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **EMAG:** Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146/2015 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** 2016. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audiovisuais-Acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-1.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior:** divulgação dos resultados. 2021. Brasília, DF: Mec, 2022. Disponível: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 8 maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-mec).** 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **Propriedade intelectual e desenvolvimento no Brasil.** Rio de Janeiro: Idea D; ABPI, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Vieira-10/publication/335402306_Propriedade_Intelectual_e_Desenvolvimento_no_Brasil/links/5d6405fe458515d610261bac/Propriedade-Intelectual-e-Desenvolvimento-no-Brasil.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

CALHEIROS, D. dos S.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. Considerações acerca

da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 229–244, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18825>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAPES. **Orientações Capes**: combate ao plágio. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/lisbr/Downloads/Orientaes_Capes_-_Combate_ao_plgio-1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAPES. Portal de Periodicos da Capes. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez14.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 4 jul. 2023.

CASQUEIRO, M. L. .; IRFFI, G. I.; SILVA, C. da C. da . A expansão das universidades federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 25, n. 1, p. 155–177, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MpxxT5FmyDYkDkWtJZkpygB/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CORRÊA, E. C. D.; GARCÍA-QUISMODO, M. N. M. Tendências de inovação em serviços de bibliotecas universitárias: estudo de caso do CRAI - Universitat Pompeu Fabra em Barcelona, ES. **Em Questão**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 430-455, 2021. Versão online. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149814>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CREATIVE COMMONS. **Atribuição 4.0 internacional (CC BY 4.0)**. [2022?]. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Acesso em: 11 maio de 2023.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos avançados**, [S.l.], v. 31, p. 23-48, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/#>. Acesso em: 03 jul.2023.

FRANCO, I. M. Empreendedorismo e inovação: um novo perfil de bibliotecas. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S.l.], n. Especial, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106493>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília : Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equipamentos.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Revista da FACED**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25 - 42,

jan./jun. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7064/6552>.
Acesso em: 12 nov. 2022.

GARCIA, R. M. **Material didático digital acessível a pessoas com deficiência visual**. 2019. Dissertação (Mestrado em Inovação em Tecnologias Educacionais) - Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019.
Disponível em:
file:///C:/Users/lisbr/Desktop/artigos%20tcc/Materialdidaticodigital_Garcia_2019.pdf.
Acesso em: 12 jan. 2023.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n2/0103-3786-tinf-27-02-00133.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INEP. **Resumo técnico do censo da educação superior**. 2021. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

KOCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Vozes, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVORATO, S. U. **Método dialógico, descritivo e acessível – dda: uma estratégia pedagógica para adaptação de material didático para o ensino de ciências na perspectiva da escola inclusiva**. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34989/1/2018_SimoneUlerLavorato.pdf.
Acesso em: 12 nov. 2022.

LEVACOV, M. Tornando a informação disponível: o acesso expandido e a reinvenção da biblioteca. *In*: MARCONDES, C. H; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L. B; SAYÃO, L. (Orgs.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006. p. 207-224.

LIMBERGER, D. I.; CRUZ, M. E. J. K da. Materiais didáticos digitais: produção indispensável para inclusão digital. *In*: Almeida, P. C. S. de *et al.* **Conhecimento: uma aventura interdisciplinar no ensino e extensão da UNISC**. Santa Cruz do Sul:

EDUNISC, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1784/1/Conhecimento%20uma%20aventura%20interdisciplinar.pdf#page=25>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MACEDO, C. M. S. de. Diretrizes de acessibilidade em conteúdos didáticos.

InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 123-136, 2013. Disponível em:

<https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/193/136>. Acesso em: 10 maio de 2023.

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 146-170, 2018.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114512>. Acesso em: 20 maio 2018.

MELO, F. R. L. V.; FURTADO, M. M. F. D.; MALHEIROS, T. M. C.; SOUSA, C. D. S. Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): desafios e perspectivas na colaboração do acesso à informação às pessoas com deficiência visual no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, p. 254-265, 2022. DOI: 10.26512/rici.v15.n1.2022.42463. Acesso em: 11 jul. 2023.

MENDES, S. O.; SILVEIRA, E. **Estudos métricos da informação**: aplicações contemporâneas. Curitiba: UFPR, 2023. No pelo.

MOTTA, Thalita Cunha. **Tecnologias assistivas**. Natal: Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2272/Tecnologias%20Assistivas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NVACCESS, 2023. Our Story. Disponível em: <https://www.nvaccess.org/about-nv-access/>. Acesso em: 3 de junho de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI).

Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3. ed. Brasília: FINEP, 2005. Disponível em:

<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

PASSOS, Ketry Gorete Farias dos. **Inovação tecnológica em bibliotecas**

universitárias no Brasil: ações estratégicas. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível

em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215709>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PRADO, J. M. K. dos; CAVAGLIERI, M. A inovação para os bibliotecários de uma instituição de educação profissional: conhecendo o perfil para continuar inovando. **REBECIN**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 93-108, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin>. Acesso em: 5 maio 2021.

PIMENTEL, S. C.; PIMENTEL, M. C. Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência: sobre o que estamos falando? **Rev. FAEEBA**, Salvador, v. 26, n. 50, p. 91-103, set./dez. 2017.

RAU, R. M. O. B.; VALLE, R. S. do; CAMARA, M. A. A. O papel da universidade empreendedora na tríplice hélice. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 31., 2021, Maringá. Evento on-line. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/112/approved/e836d813fd184325132fca8edc40e.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Interritórios**, [S.l.], v. 3, n. 5, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/234432>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RODRIGUES, H. **A diferença entre acessibilidade e inclusão PCD**. 2022. *Blog Mercantizar*. Disponível em: <https://mercadizar.com/sociedade/mercadizarexplica-a-diferenca-entre-acessibilidade-e-inclusao-pcd/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ROSA, C. M. *et al.* Inclusão no ensino superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. **Revista Educação Especial**, [S.l.], v. 33, p. 1–21, 2020. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_or_g_article_f728bbb7dd7847ac9d3c8127e4d41353. Acesso em: 6 jun. 2022.

SANT' ANNA, J.; CALMON, M. A. M. O Bibliotecário atuante em bibliotecas universitárias no Século XXI. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.14, n. 1, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/365/3651548003/html/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, K. G. dos; CARVALHO, K. A. de. Acessibilidade e tecnologias assistivas em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **RICI – Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-19, jan./ abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22362/25333>. Acesso em: 14 maio 2022.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Larvratu Prodeo, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA FILHO. R. da C. **Biblioteca universitária híbrida no contexto da web 2.0**. Canoas: Unilasalle, 2020.

SILVA, A. G.; JUNG, H. S.; SILVA, L. Q. A inclusão no ensino superior a partir da perspectiva do sujeito. **Revista InterSaberes**, São José do Rio Preto/SP, v. 14, n. 33, p. 710-722, 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/710>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA, K. R. da. **Diagnóstico situacional: inovação e inclusão para uma biblioteca universitária ativa**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/27692/1/Diagn%3%b3sticosituacionalinova%3%a7%3%a3o_Silva_2019.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

SILVA. L. R. B. C. A. **Avaliação da acessibilidade de sítios web para deficientes visuais**. 2010. 376 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, E. de; MONT'ALVÃO, C. Avaliação da conformidade com o web content accessibility guidelines (WCAG). **Ergodesign & amp**, [S. l.], v. 6, n. especial, p. 73 - 84, jun. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v6iEspecial.51>. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesignhci/article/view/519>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FONSECA, D. L Souza; PALETTA, F. C. A inovação em serviços de informação e Biblioteca das coisas. **Bibliotecas. Anales de Investigacion**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 1-17, jan./ jun. 2022. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003075392.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

STAL, E; FUJINO, A. As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação. **Revista de Administração e Inovação**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 5-19, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/lisbr/Downloads/Stal_Fujino_RelacoesU-EeLeidelnovao.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40029>. Acesso em: 4 jun. 2023.

TANUS, G. F. de S; TARRAGO, S. N. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Informacion en Ciencias de La Salu**, [S.l.], v. 33, n. 1. p 1-35, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.744>. Acesso em: 12 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistema de Bibliotecas. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/>. Acesso em: 4 jul.2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Sistema Integrado de Bibliotecas UFSCar. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Repositório de Informação Acessível, 2023. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Biblioteca Comunitária. Starteca. 2023. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/starteca>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Núcleo Integrado de Bibliotecas. **Relatório de Gestão**. São Luis: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/lxpA4HASOLPIvmz.pdf>. Acesso em: 20 jun 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Resolução nº 2.858-CONSEPE de 21 de março de 2023**. Dispõe sobre o atendimento de acessibilidade e inclusão educacional no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís: UFMA. Disponível em: <file:///C:/Users/lisbr/Downloads/RESOLUO28582023CONSEPE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Tércio Pacitti. Projeto DOSVOX. 2002. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>. Acesso em: 14 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDEAL DO SUL DA BAHIA. Acessibilidade:apresentação da Dorinateca. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/biblioteca?view=category&id=263>. Acesso em: 3 jul. 2023

VANIN, C. E. **Propriedade intelectual**: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância. JusBrasil, 2018. Disponível em: <https://www.jusBrasil.com.br/artigos/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia/407435408>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VASCONCELOS, Jandira Reis; SANTOS, João Antonio Belmino dos. Propriedade intelectual na pós-graduação das universidades federais do nordeste: indicadores bibliométricos. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [S.l.], v. 17, p. e019007-e019007, 2019.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 27, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465668004008>. Acesso em: 14 jun. 2022.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0** . Disponível em: [w3Chttps://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.pdf](https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.pdf) 2013. Acesso em: 20 jan. 2023.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0**. 2014. Disponível em: <https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ZANINELLI, T. B.; NOGUEIRA, C. A.; PERES, A. L. M. Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços informacionais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 17, n.1. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652821>. Acesso em: 10 maio 2021.

ZANINI, L. E. de A. Notas sobre o plágio e a contrafação. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, Brasília, v. 29, n. 3-4, p. 74-84, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/110632>. Acesso em: 15 fev. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Matriz FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Produto digital gratuito 2. Baixo custo operacional 3. A equipe de elaboração possui profissionais qualificados na área de biblioteconomia, propriedade intelectual e de inovação 	<p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Baixa adesão de equipe multidisciplinar na colaboração para a elaboração do material; 2. Escassez de recursos para investir na elaboração do produto
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falha na prestação de serviços aos usuários para o público-alvo 2. Acesso irrestrito e sem custo para a comunidade acadêmica 3. Fonte de pesquisa confiável 	<p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa aceitação do produto pelos usuários 2. Atualização do conteúdo

APÊNDICE B – Modelo de negócio CANVAS

Parcerias Chave: 1. Profissionais da área edição de vídeo; 2. Bibliotecários da 3. Diretoria Integrada de Bibliotecas 4. Diretoria de Acessibilidade - DACES	Atividades Chave: 1. Elaboração de conteúdo 2. Edição do material 3. Inclusão dos recursos de acessibilidade Recursos Principais: 1. Recursos humanos: bibliotecário, designer; pedagogo, intérprete de libras. 2. Recursos materiais: Estúdio de gravação, computadores, programas específicos etc	Proposta de valor: Elaboração de material didático sobre propriedade intelectual aplicada a pesquisa científica para usuários com deficiência da Universidade Federal do Maranhão	Relacionamento: Site Redes sociais E-mail Aplicativo de mensagens Canais: 1. Internet 2. Youtube 3. Site institucional	Segmentos de Clientes: Comunidade acadêmica com deficiência da UFMA
Estrutura de Custos: Intérprete de libras Editor de vídeo Designer Pedagogo		Fonte de Receita: Não se aplica		

APÊNDICE C - Artigo submetido

MAPEAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A PROPRIEDADE INTELLECTUAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Eliziane Barbosa Costa¹
 Suênia Oliveira Mendes¹
 Jefferson Almeida Rocha¹

¹Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo apresentar um mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual disponibilizados pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil. Realizou-se um estudo descritivo com abordagem mista, pois quantifica os dados e categoriza os conteúdos coletados nos sítios dos sistemas de bibliotecas mediante pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados da análise apontam um pequeno número (18) de sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras que abordam a temática da propriedade intelectual em seus produtos e serviços. Dos 18 sistemas identificados, 95% (17) abordam, principalmente, os aspectos do direito autoral e plágio. Conclui-se que o mapeamento fornece dados estratégicos para o planejamento institucional e de suas bibliotecas na elaboração de produtos e serviços de maneira clara para a aceleração da cultura de inovação e propriedade intelectual.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Bibliotecas Universitárias. Universidades Federais Brasileiras.

MAPPING OF PRODUCTS AND SERVICES RELATED TO INTELLECTUAL PROPERTY IN BRAZILIAN UNIVERSITY LIBRARIES

ABSTRACT

The present study goal to present a mapping of the products and services on intellectual property made available by the libraries of the Federal Universities of Brazil. A descriptive study with a mixed approach was carried out, as it quantifies the data and categorizes the contents collected on the sites of the library systems through bibliographical and documental research. The results of the analysis indicate a small number (18) of Brazilian university library systems that address the issue of intellectual property in their products and services. Of the 18 systems identified, 95% (17) mainly address aspects of copyright and plagiarism. It is concluded that the mapping provides strategic data for the institutional planning and its libraries in the elaboration of products and services in a clear way for the acceleration of the culture of innovation and intellectual property.

Keywords: Intellectual Property. University Libraries. Brazilian Federal Universities.

Área tecnológica: Propriedade Intelectual. Universidade. Pesquisa Científica.

INTRODUÇÃO

A universidade, por sua inventividade de diálogos, é o lugar propenso a colaboração entre pesquisadores. O tema da Propriedade Intelectual passou a ter maior relevância a partir da Lei nº 10.973/2004, lei de incentivo a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em ambientes produtivos, incluindo-se as universidades. Essa lei possibilitou a constituição dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), responsáveis pela gestão da política institucional de inovação, envolvendo: licenciamento, proteção e transferência das inovações tecnológicas com incentivo ao registro de patentes (RIBEIRO; ANTONIALLI; ZAMBALDE, 2015; CATIVELLI; OLIVEIRA, 2016; VASCONCELOS; SANTOS, 2018).

A Propriedade intelectual “[...] refere-se às criações da mente: tudo, desde obras de arte até invenções, passando por programas de computador, marcas e outros sinais comerciais.” (WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, 2020, p. 1). Essa definição traz à tona a importância da proteção legal aos detentores desses direitos para que eles possam exercê-los conforme sua finalidade. Essa proteção não alcança apenas a “[...] atividade criativa em si, mas também os investimentos que são feitos para levar estas invenções ao mercado” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2022).

A PI quando é protegida legalmente torna-se um importante ativo competitivo, “[...] pois agrega valor à capacidade de inovação das empresas, e, conseqüentemente auxilia no desenvolvimento das nações ao estimular a criação de novos produtos e métodos de produção” (BRANCO *et al.*, 2011, p. 13).

As bibliotecas universitárias desempenham um papel importante na estrutura das Instituições em que são vinculadas, nesse estudo, as de Ensino Superior (IES) e por meio dessas unidades de informação os usuários têm acesso ao universo de materiais que subsidiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertados ao longo da jornada acadêmica (SANT’ANNA; CALMON, 2016). Assim, a biblioteca tem a função de “[...] prover, disseminar e transferir informação de modo a viabilizar a atuação plena da universidade na promoção do ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, produção e transferência de conhecimento e tecnologia” (GOMES; BARBOSA, 2003, p.2).

As bibliotecas, anteriormente compreendidas como centros de guarda e custódia de textos clássicos e eruditos, moldaram-se gradativamente às mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas impostas pela evolução da sociedade e passaram a serem consideradas centros de convívio democrático, de inclusão, interação e troca de informações em seus espaços físicos ou virtuais, tornando-se espaços necessários para o processo de produção do conhecimento científico (TANUS; TARRAGÓ, 2020).

As mudanças nos ambientes informacionais se fortaleceram a partir do momento em que as IES passaram a implementar inovações com o uso de tecnologia digitais, observadas por Gomes e Dumont (2015) como essenciais para o processo de organização, recuperação e transmissão da informação. As bibliotecas universitárias devem refletir sobre seu papel nesse contexto de mudanças e realizar “[...] ajustes, inovações tecnológicas, reorganização de espaços, adaptação de ações, serviços e formatos de acervos compatíveis com os diferentes interesses e especificidades dos estudantes com [e sem] deficiência” (STROPARO; MOREIRA, 2021, p. 5).

O censo da educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, trouxe dados referentes às matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, no ensino superior, identificando 63.404 alunos com alguma das deficiências elencadas (INEP, 2022).

Dessa maneira, a biblioteca universitária contribui para a promoção da informação a toda comunidade acadêmica, sem distinção, garantindo condições de acesso físico e oferecendo serviços diferenciados, por meio do uso de recursos tecnológicos. Esses recursos são imprescindíveis para minimizar ou eliminar as barreiras físicas, comunicacionais ou mercadológicas que dificultem esse acesso (SANTOS; CARVALHO, 2020; COSTA; OLIVEIRA, 2022).

Um país que investe e incentiva a propriedade intelectual está conseqüentemente impulsionando o desenvolvimento econômico e melhorando seu posicionamento na economia mundial, sendo

necessário aumentar a sua competitividade por meio da criação de ambientes de negócios que assegurem às empresas a proteção ao investimento, ao estímulo à criação e à capacitação tecnológica (BIAGIOTTI, 2014).

Deste modo, dada a relevância das bibliotecas dentro das IES e da temática da Propriedade Intelectual que juntas contribuem para a difusão da cultura de inovação, o presente artigo, tem o objetivo de apresentar um mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual disponibilizados pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil proporcionando uma visão geral na promoção da PI.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, bibliográfica e documental com abordagem mista, pois quantificou os dados e categorizou os conteúdos coletados nos sítios dos sistemas de bibliotecas.

A coleta dos dados iniciou pelo levantamento das IES, no período de 4 a 16 de janeiro de 2023, no sítio do Ministério da Educação do Brasil (sistema e-mec) (Quadro 1).

Quadro 1 - Instituições de Ensino Superior do Estudo.

Orde m	Instituição(I ES)	Orde m	Instituição(IES)
1	Fundação Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)	35	Universidade Federal De São Paulo (UNIFESP)
2	Fundação Universidade Federal De Ciências Da Saúde De Porto Alegre (UFCSPA)	36	Universidade Federal De Sergipe (UFS)
3	Fundação Universidade Federal De Rondônia (UNIR)	37	Universidade Federal De Uberlândia (UFU)
4	Fundação Universidade Federal Do Abc (UFABC)	38	Universidade Federal De Viçosa (UFV)
5	Fundação Universidade Federal Do Pampa (UNIPAMPA)	39	Universidade Federal Do Acre (UFAC)
6	Fundação Universidade Federal Do Tocantins (UFT)	40	Universidade Federal Do Agreste De Pernambuco (UFAPE)
7	Fundação Universidade Federal Do Vale Do São Francisco (UNIVASF)	41	Universidade Federal Do Amapá (UNIFAP)
8	Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	42	Universidade Federal Do Amazonas (UFAM)
9	Universidade De Brasília (UNB)	43	Universidade Federal Do Cariri (UFCA)
10	Universidade Federal Da Bahia (UFBA)	44	Universidade Federal Do Ceará (UFC)
11	Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS)	45	Universidade Federal Do Delta Do Parnaíba (UFDPAR)
12	Universidade Federal Da Integração Latino-Americana (UNILA)	46	Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES)
13	Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)	47	Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro (UNIRIO)
14	Universidade Federal De Alagoas (UFAL)	48	Universidade Federal Do Maranhão (UFMA)
15	Universidade Federal De Alfenas (UNIFAL)	49	Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (UFOB)
16	Universidade Federal De Campina Grande (UFCG)	50	Universidade Federal Do Oeste Do Pará (UFOPA)
17	Universidade Federal De Catalão (UFCAT)	51	Universidade Federal Do Pará (UFPA)
18	Universidade Federal De Goiás (UFG)	52	Universidade Federal Do Paraná (UFPR)
19	Universidade Federal De Itajubá (UNIFEI)	53	Universidade Federal Do Piauí (UFPI)
20	Universidade Federal De Jataí (UFJ)	54	Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia (UFRB)

21	Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF)	55	Universidade Federal Do Rio De Janeiro (UFRJ)
22	Universidade Federal De Lavras (UFLA)	56	Universidade Federal Do Rio Grande (FURG)
23	Universidade Federal De Mato Grosso (UFMT)	57	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte (UFRN)
24	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul (UFMS)	58	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS)
25	Universidade Federal De Minas Gerais (UFMG)	59	Universidade Federal Do Sul Da Bahia (UFSB)
26	Universidade Federal De Ouro Preto (UFOP)	60	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
27	Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)	61	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
28	Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)	62	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
29	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	63	Universidade Federal Fluminense (UFF)
30	Universidade Federal De Roraima (UFRR)	64	Universidade Federal Rural Da Amazônia (UFRA)
31	Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC)	65	Universidade Federal Rural De Pernambuco (UFRPE)
32	Universidade Federal De Santa Maria (UFSM)	66	Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro (UFRRJ)
33	Universidade Federal De São Carlos (UFSCAR)	67	Universidade Federal Rural Do Semi-Árido (UFERSA)
34	Universidade Federal De São João Del Rei (UFSJ)	68	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná (UTFPR)

Fonte: E-mec (BRASIL, 2023).

As instituições ativas identificadas no sítio do e-mec (<https://emec.mec.gov.br/>) totalizaram 68 universidades federais brasileiras, distribuídas nas 5 regiões do país. Essa informação foi coletada a partir do formulário de busca avançada, utilizando os filtros: busca por Instituição de Ensino Superior; categoria: administração pública federal; organização acadêmica: universidade.

A partir do resultado da busca feita no sistema e-mec foi possível coletar informações, tais como: nome da universidade, data de criação, endereço eletrônico e local de funcionamento, que possibilitaram mapear os sistemas de bibliotecas e os produtos e serviços disponibilizados em seus sítios relacionados a temática de Propriedade Intelectual.

Após, a identificação dos nomes das IES, partiu-se para a etapa da busca temática nos sítios das bibliotecas de cada instituição. O sítio das bibliotecas foi encontrado por meio da consulta no sítio institucional e dentro dele a identificação do *link* da página do Sistema de Bibliotecas correspondente. Destaca-se que foram encontrados vários nomes para as bibliotecas, como: Divisão de Bibliotecas, Diretoria Integrada de Bibliotecas, Sistema de Bibliotecas, Diretoria de Bibliotecas e Biblioteca Central, porém todas agrupavam produtos, serviços, bem como informações complementares, porém, para a presente pesquisa padronizou-se o termo Sistema de Bibliotecas para todas as designações descritas acima.

Os produtos e serviços considerados para a coleta foram: treinamentos, palestras, informativos, artigos, manuais, minicursos, *softwares*, vídeos instrucionais, dentre outros. Assim, a busca realizada nos sítios dos Sistemas de Bibliotecas identificou e categorizou os temas sobre Propriedade Intelectual. As informações coletadas foram organizadas em planilhas eletrônicas e categorizadas em: direitos autorais, propriedade industrial e proteção Sui Generis.

Para complementar os dados fez-se uma análise de rede elaborada no *software* Voswier para saber as relações temáticas entre bibliotecas universitárias e Propriedade Intelectual. Os dados coletados para essa análise foram as palavras-chave dos documentos encontrados na pesquisa bibliográfica feita na

base de dados SCOPUS no dia 18 de julho de 2023.

A busca realizada na base de dados SCOPUS foi de artigos científicos no campo "article title" utilizando as expressões: "university library" OR "academic library" OR "academic libraries". A busca resultou em um total de 8.487 documentos. Depois, os resultados foram refinados por materiais em acesso aberto, bem como, escreveu-se a expressão "Intellectual Property" no campo livre de busca na coluna de filtro dos 8.487 documentos resultando em um total de 17 registros que foram utilizados para a análise.

Os resultados da pesquisa foram analisados e mostrados em quadros, gráficos e figuras para uma didática mais explicativa.

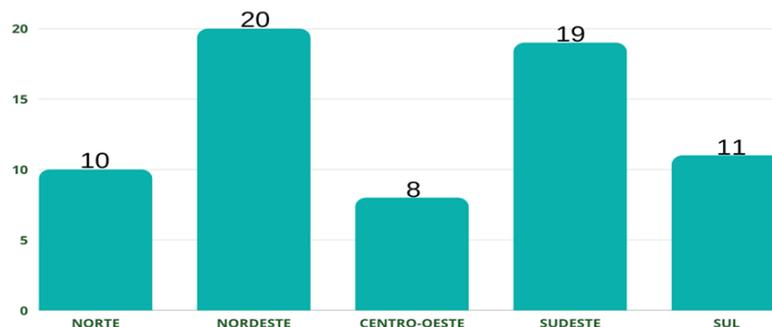
RESULTADOS E DISCUSSÕES

As universidades são responsáveis por formar profissionais, pesquisadores e indivíduos nas mais diversas áreas do conhecimento para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país (VASCONCELOS; SANTOS, 2018).

Desde 1998, vem sendo registrada a expansão do número de vagas e cursos ofertados nas universidades brasileiras. A partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo governo federal o número de universidades federais cresceu significativamente (CASQUEIRO; IRFFI; SILVA, 2020). Considerando o ano de implementação do referido programa, registrou-se o surgimento de 14 (quatorze) novas universidades distribuídas nas 5 regiões brasileiras resultando em um acréscimo de mais 2 (duas) no Norte; mais 6 (seis) no Nordeste; mais 3 (três) no Centro-Oeste; e mais 3 (três) no Sul do país.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das 68 universidades federais do estudo conforme distribuição nas 5 regiões brasileiras.

Gráfico 1 - Univesidades Federais Brasileiras por Região.



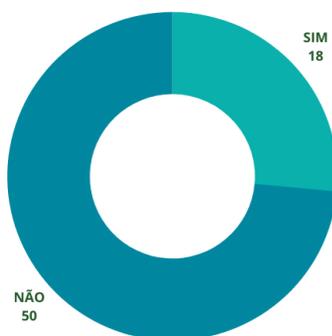
Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo conforme dados do e-mec (BRASIL, 2023).

O Gráfico 1 mostra que o Nordeste (20) e Sudeste (19) são as regiões brasileiras com maior quantidade de universidades federais e a que concentra menor número é o Centro-Oeste (8). Os estados brasileiros com maior quantidade de universidades federais são Minas Gerais (11) e Rio Grande do Sul com seis (6).

Na região Norte, o estado do Pará possui quatro (4) universidades federais, os demais possuem apenas 1 por estado. Na região Nordeste, os estados com maior quantidade de universidades são Bahia e Pernambuco, com quatro (4) cada um, depois o Ceará (3). Paraíba, PiauÍ e Rio Grande do Norte possuem duas (2) cada um; Alagoas, Maranhão e Sergipe com uma (1) por estado. O Goiás, na região Centro-Oeste, concentra três (3) universidades, seguida de Mato Grosso com duas (2) e os demais com apenas uma (1) cada. O estado do Paraná detém 3 e Santa Catarina 2.

Sobre o tema Propriedade Intelectual, o presente estudo, identificou 18 (dezoito) sistemas de bibliotecas que ofertam algum tipo de produto ou serviço (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Bibliotecas que ofertam produto/serviço relacionados a Propriedade Intelectual.



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023).

Em relação aos temas de Propriedade Intelectual, os resultados encontrados foram organizados no Quadro 2 conforme seu respectivo Sistema de Biblioteca, categoria e tipo de produto/serviço.

Quadro 2 – Temas sobre PI abordados nos sítios dos sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras.

Sistema de Bibliotecas	Categoria de PI	Produtos/serviço
UFERSA	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Campanha antiplágio com divulgação de PI ✓ Cartilha sobre plágio acadêmico (desenvolvida por outra Universidade) ✓ Software antiplágio
UFC	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Softwares antiplágio
UFRA	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aba “plágio” com informações sobre direito autoral ✓ Softwares antiplágio
UFGD	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Treinamento sobre plágio acadêmico
UNB	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Software antiplágio
UNIFAL	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UJFJ	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFU	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UNIFESP	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Software antiplágio
UFSCAR	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Série de vídeos acessíveis sobre direito autoral e plágio ✓ Softwares antiplágio
	Propriedade Industrial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto de extensão STARTECA em parceria com o setor de Inovação e Empreendedorismo ✓ Espaço do pesquisador com uma seção sobre Propriedade Intelectual mencionando todas as categoriais
UFRJ	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rodas de conversa sobre plágio acadêmico
UNIRIO	Propriedade Industrial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Busca de patente, mediante preenchimento de formulário, contendo termo de sigilo
UFRRJ	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFPR	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manual de Normalização com seção sobre plágio e tipos de licença

UFSC	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Artigo sobre plágio ✓ Manual de normalização com seção sobre plágio ✓ Comissão de plágio e má-conduta
	Propriedade Industrial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação para pesquisa em base de dados de patente
UFRGS	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Curso de extensão sobre plágio e demais condutas inadequadas na pesquisa ✓ Guia de ferramentas antiplágio ✓ Aba sobre direitos autorais e imagem ✓ Conteúdo audiovisual sobre direitos autorais na produção de material educacional digital e em mídias digitais
FURG	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Softwares antiplágio
UFCSPA	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço de digitalização com orientações sobre direito autorais

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023).

O Quadro 2 mostra que o tema sobre PI mais recorrente nas bibliotecas universitárias foi o direito autoral e a subcategoria foi o plágio. Lembra-se que o plágio acadêmico está diretamente relacionado ao processo de elaboração do material científico para a divulgação dos resultados das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Os achados de Vasconcelos e Santos (2018) corroboram com o da presente investigação. Os referidos autores identificaram que entre as 34 dissertações e teses defendidas nas Universidades Federais da Região do Nordeste do Brasil, no período de 2014 a 2016, abordavam as temáticas, em ordem decrescente de quantidade: direito autoral, indicadores, patentes, inovação, registro de marcas, transferência de tecnologias e PI nas universidades.

O Direito Autoral regulamentado, no Brasil, pela Lei 9.610/1998 é um tema sensível para as bibliotecas desde os primórdios das mesmas, pois a posse por terceiros do material publicado não autoriza a detenção intelectual do conteúdo independente do suporte que o material se apresenta (BRASIL, 1998).

No "Guia para bibliotecas: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura" Couto *et al.* (2022) responderam questões sobre direitos autorais para auxiliar bibliotecas e bibliotecários no cotidiano de suas atividades. Um questionamento levantado no guia é a influência dos direitos autorais nos empréstimos realizados pelas bibliotecas, em especial, no Brasil que conforme a doutrina da exaustão permite que o autor venda sua obra, pois os direitos de distribuição do exemplar se exaurem podendo, quem comprou a obra, emprestar ou revender a mesma a partir de sua aquisição.

As obras digitais diferem-se das físicas, às vezes, a concessão existente sobre a mesma é de (re)uso e não de posse perpétua, dessa maneira, ficando *sub judici* do contrato assinado entre as partes ou conforme a legalidade de (re)uso existente no documento.

Ainda sobre a questão do direito do autor, o plágio pode ser entendido como “falsa atribuição da criação de uma obra ou de parte dela [...]” quer seja de música, texto acadêmico, imagens, ideias ou outras maneiras em que o crédito autorais ofende o direito de paternidade do autor/criador do original (ZANINI, 2017, p. 3; BATISTA; SILVA, 2019).

Em 2011, por recomendação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou o documento “Orientações Capes – combate ao plágio” com recomendações para que as instituições de ensino superior adotassem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, com procedimentos específicos no intuito de coibir a prática do plágio em trabalhos acadêmicos feitos por qualquer membro da comunidade acadêmica (discentes, técnicos ou docentes) (CAPES, 2011).

Diante do disposto no documento da CAPES, observa-se que os resultados da presente pesquisa (Quadro 2) coadunam com o referido documento mostrando que 90% dos produtos e serviços ofertados pelos sistemas de bibliotecas federais do Brasil abordaram a subcategoria do plágio

acadêmico. Dessa maneira, as universidades colaboram de maneira mais efetiva na conscientização dos usuários em relação à observância da ética e normas de conduta na pesquisa científica.

A Biblioteca Comunitária (Bco) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 2019 desenvolve o projeto Starteca, que é um espaço destinado ao fomento da inovação e empreendedorismo de base tecnológica no local (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2023). Além disso, a Biblioteca desenvolveu uma série de vídeos sobre plágio, disponíveis em seu canal do Youtube.

Os softwares para detecção de plágio e similaridade identificados em 06 (seis) Sistemas de Bibliotecas possuem o nome do software e o link para acesso do mesmo disponibilizados nos sítios. Dentre os quais, estão: Copyspider; Viper; Plagium; Plagiarism; Turnitim; Farejador de plágio; Plágius e Grammarly. A maioria desses *softwares* disponibilizam uma versão gratuita, com menos recursos, sendo necessária a aquisição de um plano para uma busca mais avançada. A utilização desses *softwares* no processo de escrita científica deve ser vista como uma maneira de garantir a ética e a boa conduta no manejo dos dados e não como uma sanção previamente aplicada.

O Scanner Planetário, serviço de digitalização, ofertado por 3 sistemas de bibliotecas permite a digitalização de materiais do acervo, mas antes do procedimento, o usuário recebe instruções para ciência e aceite no uso do material, em conformidade com a Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) (BRASIL, 1998).

O tema Propriedade Industrial, representado pelas patentes, aparece em segundo lugar, mas com pouca expressividade (3 menções) conforme mostrado no Quadro 2. A Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferta o serviço de orientações para pesquisa de base de dados de patentes, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) oferta o serviço de busca de patentes, mediante preenchimento de formulário e assinatura de termo de sigilo. O Sistema de Bibliotecas da UFSCar traz as informações sobre Patente de forma mais detalhada, com guias para a busca de patentes, Classificação Internacional de Patentes e operadores lógicos para utilização na busca, na guia do sítio do sistema de bibliotecas existe o “Espaço do Pesquisador” com uma seção sobre Propriedade Intelectual.

O Portal de Periódicos da CAPES é um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, que disponibiliza conteúdo científico nacional e internacional advindo de pesquisas de qualidade e com confiança científica para as Instituições parceiras. As universidades federais brasileiras se enquadram como parceiras e, por isso, suas comunidades acadêmicas acessam os conteúdos disponibilizados pelo Portal sem ônus para suas instituições (CAPES, 2017; MENDES; ZIVIANI, 2015).

Por meio do Portal de Periódicos da CAPES, é possível encontrar 10 (dez) bases de dados de patentes, que são: Bases de Patentes do INPI; Derwent Innovation Index; Espacenet (European Patent Office); Google Patents; Latipat; Patentscope; Revista Eletrônica de Propriedade Intelectual (RPI); Scinfider Index; The Lens e US Patent Full – text and Image Database (USPTO). O treinamento dos usuários nessas bases é importante para a busca de anterioridade e de prospecção tecnológica, etapas que antecedem o processo de pedidos de concessão de patentes, registros de marcas e desenho industrial.

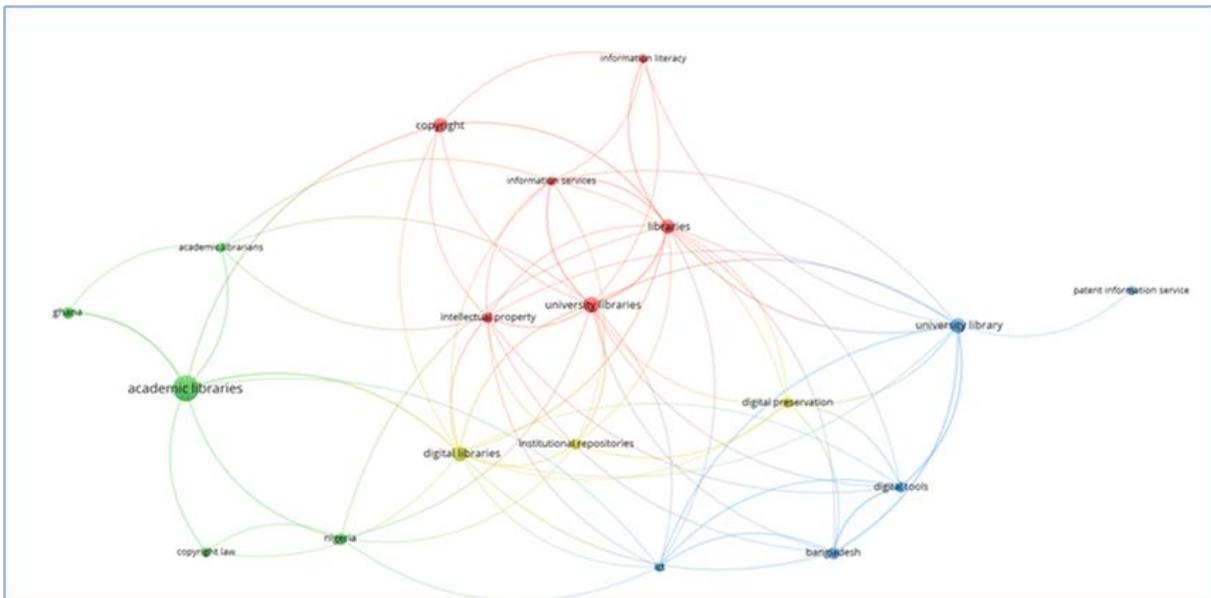
Os pesquisadores precisam se prepararem no uso das ferramentas de busca de anterioridade e de prospecção tecnológica que são disponibilizadas pelas bibliotecas para disseminação da cultura da propriedade intelectual, caso não seja oferecido, esse serviço, ao pesquisador é provável acontecer o distanciamento do usuário à biblioteca. Dessa maneira, é necessária uma aproximação de bibliotecas com os Núcleos de Inovação Tecnológica das Instituições, para que exista uma colaboração mútua para a instrumentalização do pesquisador, gerando autonomia na busca por informações de cunho científico e tecnológico.

O distanciamento do interesse do usuário em relação do do bibliotecário já foi detectado por Mendes (2020) quando identificou diferenças de percepções entre profissionais bibliotecários e usuários relacionados a adoção e uso de inovações informacionais conforme os indicadores de Uso, Compatibilidade, Demonstração de Resultado, Experimentação, Facilidade de Uso, Imagem, Vantagem Relativa, Visibilidade e Resultado do Uso. Provavelmente essas diferenças de percepções estão relacionadas a fatores culturais, sociais e pessoais.

As outras subcategorias da Propriedade Industrial: marca, desenho industrial e indicações geográficas não foram encontradas no presente estudo. As categorias de Topografia dos Circuitos Integrados, Registros de Cultivares e Patrimônio Genético foram identificadas, apenas, no Sistema de Bibliotecas da UFSCar quando a mesma identifica e mostra a legislação específica sobre o assunto.

Para completar a análise dos resultados foi gerada a Figura 1 pelo *software* VOSviewer. A Figura 1 ilustra a interação da propriedade intelectual com a biblioteca universitária, mostrando quais as temáticas estão vinculadas nessa interação. Foram encontrados 12 temáticas com no mínimo 3 (três) ocorrências que cooperam entre si para a construção dos 4 agrupamentos encontrados na rede.

Figura 1 – Relações dos agrupamentos das temáticas discutidas sobre propriedade intelectual em Bibliotecas Universitárias.



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023).

Verifica-se, na Figura 1, que o primeiro agrupamento, em vermelho, tem 6 (seis) integrantes. Todos os clusters possuem inter-relações com os termos "Biblioteca", "Biblioteca acadêmica", "Biblioteca digital" e "Biblioteca universitária". O segundo agrupamento, representado pela cor verde, tem 5 (cinco) membros, contudo, é o que possui menor quantidade de links 7 (sete), mas inclui relações com Ghana e Nigéria. Já o terceiro cluster, representado pela cor azul, é composto por 5 (cinco) membros e possui o assunto "serviços de informação de patentes". O agrupamento 4 (quatro), em cor terrosa, tem apenas 3 (três) integrantes, mas é o que se relaciona com assuntos digitais, como: preservação e repositórios.

A Figura 1 evidenciou que a propriedade intelectual é inerente a produção e criação de ideias e obras que quando alicerçadas pela mesma são compartilhados com os conhecimentos científicos e garantidos pelos direitos de (re)uso fazendo com que informações de saúde, por exemplo na época da pandemia, fossem trocadas durante por meio da divulgação de casos, pelas medidas de proteção, por meio dos procedimentos de combate a proliferação da COVID-19 e de tantas outras medidas que mostraram a colaboração e socialização do conhecimento científico para o desenvolvimento e bem estar da sociedade (ROSA; SILVA; PAVÃO, 2021).

Em relação à acessibilidade dos produtos ou serviços ofertados sobre PI disponibilizados pelos Sistemas de Bibliotecas identificou-se que a série de vídeos sobre direito autoral e plágio acadêmico tem os recursos de acessibilidade de tradução em Libras e legendas. Além disso, utilizam linguagem simples e os vídeos podem ser acessados por qualquer interessado, por meio do canal oficial do SIBI/UFSCar no *Youtube*.

Quando as bibliotecas disponibilizam recursos de acessibilidade promove a inclusão informacional, de

maneira equânime, garantindo o acesso a todos como o direito fundamental é preconizado na Constituição Federal Brasileira. Cabe destacar que o sistema de Bibliotecas da UFSCar, dentre os que disseminam a cultura da Propriedade Intelectual, é o que disponibiliza o maior número de assuntos relacionados a referida temática.

CONCLUSÃO

A pesquisa apresentou o mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual que estão disponibilizados nos sítios dos 68 sistemas de bibliotecas das Universidades Federais do Brasil e identificou que apenas 26,47% (18) disponibilizam produtos e serviços. Dos 18 sistemas 95% (17) trabalham com a temática de propriedade intelectual no seu aspecto de direito autoral.

O direito autoral está intrinsecamente envolto no cotidiano das bibliotecas desde seus primórdios em relação a cópia das obras ofertadas por elas. Em tempos de tecnologias de informação e comunicação, bem como, o advento da internet o tema de direito autoral ganhou proporções internacionais sem limites e o desenvolvimento de softwares que auxiliam na detecção de plágio (cópia do texto sem indicação do detentor do direito do conteúdo) tornou-se uma ferramenta de apoio na identificação da má prática científica do plágio e na manutenção dos direitos de propriedade intelectual.

A discussão da propriedade intelectual nas bibliotecas, em especial, universitárias se tornou essencial para a inserção de uma cultura de propriedade intelectual em amplo aspecto científico e institucional e, para isso, precisa envolver os docentes, técnicos, discentes e profissionais que atuam nas bibliotecas, especialmente, os bibliotecários que são agentes de transformação informacional com formação e expertise na temática.

Conclui-se que o mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual torna-se uma ferramenta de planejamento para as bibliotecas universitárias brasileiras, por isso, recomenda-se que mais bibliotecas desenvolvam ações sobre a temática do estudo e de sua expansão. Abaixo estão listados alguns aspectos a serem trabalhados nos diversos sistemas de bibliotecas:

- ✓ Disseminação e identificação sobre direito autoral;
- ✓ Combate ao plágio;
- ✓ Orientações para repositórios e produções institucionais que sigam boas práticas de propriedade intelectual;
- ✓ Verificação de aspectos de proteção da PI em bibliotecas digitais e na preservação dos seus materiais;
- ✓ Disseminação institucional sobre propriedade intelectual;
- ✓ Garantia legal da produção científica, do acesso e do (re)uso ético das informações científicas;
- ✓ Respeito aos direitos dos autores e de suas criações;
- ✓ Promoção da inovação e do avanço do conhecimento na comunidade acadêmica;
- ✓ Promoção da propriedade industrial e da proteção sui generis na comunidade acadêmica.

Por fim, o mapeamento fornece dados úteis para o planejamento estratégico da instituição e de suas bibliotecas na elaboração de uma maneira clara para a aceleração da cultura de inovação e da propriedade intelectual.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A partir deste estudo, verificou-se a necessidade das bibliotecas dialogarem com suas comunidades acadêmicas sobre Propriedade Intelectual, dessa maneira, espera-se que os resultados apresentados possam proporcionar a continuidade da discussão sobre propriedade intelectual nas bibliotecas universitárias e em suas instituições porque o tema, além de urgente, é necessário para a construção contínua de uma cultura de boas práticas acadêmicas e o estudo deixa como recomendação o desenvolvimento de atividades, produtos e serviços identificados, nesta pesquisa, pelas bibliotecas que ainda não o fizeram.

Outra perspectiva de futuro é o desenvolvimento de materiais com recursos de acessibilidade para atender as necessidades informacionais da comunidade com e sem deficiência, dessa maneira, democratizando o conhecimento que é organizado e disponibilizado pelas bibliotecas, além de construir novos diálogos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **O que é Propriedade Intelectual?** Rio de Janeiro: ABPI, [2022]. Disponível em: <https://abpi.org.br/blog/o-que-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BATISTA, A. N. S. F. P.; SILVA, V. P. Medidas não tradicionais de compartilhamento: creative commons como forma de democratizar o acesso ao conhecimento. *In*: POLIDO, F.; ANJOS, L.; BRANDÃO, L. (org.). **Políticas, internet e sociedade**. Belo Horizonte: IRIS, 2019. p. 206-210.

BIAGIOTTI, L. C. M. A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico da nação. **Revista do ISAT**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.revistadoisat.com.br/numero1.html>. Acesso em: 20 jun.2022.

BRANCO, G. *et al.* **Propriedade intelectual**. Curitiba: Aymar, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 232, 3 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-mec)**. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CAPES. **Orientações Capes: combate ao plágio**. 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/destaques/4445-orientacoes-capes-combate-ao-plagio>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAPES. Portaria nº 74, de 5 de abril de 2017. Aprova o regulamento do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 67. 2017.

CASQUEIRO, M. L.; IRFFI, G. I.; SILVA, C. C. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os indicadores municipais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3922>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CATIVELLI, A. S.; OLIVEIRA, E. L. Patentes universitárias brasileiras: perfil dos inventores e produção por área do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p. 67-81, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p67>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COSTA, M. k. A.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 160-189, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/24988>. Acesso em: 18 maio 2022.

COUTO, W. E. et al. **Guia para bibliotecas: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura**. São Paulo: FEBAB, 2022.

GOMES, L.; BARBOSA, M. Impacto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação (tics) no funcionamento das bibliotecas universitárias. *In*: ENCONTRO NACIONAL EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2003, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003. Disponível em: http://cinform-antiores.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT011.HTM. Acesso em: 30 jun. 2023.

- GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, v. 27, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/6vCkPXhb6wVR6KSmTD6T8Pz/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- INEP. **Resumo técnico do censo da educação superior**. 2021. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.
- MENDES, S. O. Inovação de adoção e difusão do Portal de Periódicos da Capes. **Biblionline**, v. 16, n. 1, p. 55-66, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/54956>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- MENDES, S. O.; ZIVIANI, F. Usuarios activos y frecuentes del Portal de Periódicos de la CAPES de la Universidade Federal do Maranhão. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, n. 56, p. 39-51, 2015. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/179>. Acesso em: 10 maio 2023.
- RIBEIRO, N. C.; ANTONIALLI, L. M.; ZAMBALDE, A. L. Análise sociométrica da estrutura da rede de propriedade intelectual de uma universidade pública. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 5, p. 127-146, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5213847>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ROSA, S. S.; SILVA, F. C. C.; PAVÃO, C. M. G. Iniciativas de acesso aberto no combate à pandemia dados abertos e propriedade intelectual na disseminação da informação e conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, p. e021025, 2021.
- SANT' ANNA, J.; CALMON, M. A. M. O Bibliotecário atuante em bibliotecas universitárias no século XXI. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.14, n. 1, p. 1-21. 2016. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/365/3651548003/html/>. Acesso em: 20 maio 2022.
- SANTOS, K. G.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologias assistivas em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciencia da Informação**, v. 13, n. 1, p. 5-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22362/25333>. Acesso em: 14 maio 2022.
- STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/40029>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- TANUS, G. F. S; TARRAGÓ, S. N. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Informacion en Ciencias de La Salu**, v. 33, n. 1. p 1-35. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.744>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Biblioteca Comunitária. Starteca. 2023. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/starteca>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- VASCONCELOS, J. R.; SANTOS, J. A. B. Propriedade intelectual na pós-graduação das universidades federais do nordeste: indicadores bibliométricos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652810>. Acesso em: 12 maio 2023.
- WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **O que é propriedade intelectual?**. [S.l]: WIPO, 2020. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.
- ZANINI, L. E. A. Notas sobre o plágio e a contrafação. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, n.81, 2017. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao081/Leonardo_Estevam_Zanini.html. Acesso em: 28 maio 2023.

APÊNDICE D – Questionário de avaliação do material didático

Questionário para avaliar o material didático digital acessível: CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTUAL: passos básicos para acadêmicos

Este questionário foi elaborado pela mestrandia Eliziane Barbosa Costa, aluna do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Ponto Focal - Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Dr. Jefferson Almeida

Rocha Coordenadora: Dra. Suênia

Oliveira Mendes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) usuário das bibliotecas da UFMA

Você está sendo

convidado(a) para participar, como voluntário(a), da avaliação do material didático "Caminhos para o Acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos", com o objetivo principal de avaliar o conteúdo e a acessibilidade contida no material. Sua colaboração é muito importante, mas a decisão de participar é sua. Caso concorde em participar, basta assinar abaixo esta declaração. Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade e do anonimato dos participantes serão observados, procurando-se evitar descrever informações que possam lhe comprometer, bem como seguir as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº

13.709/2018. Qualquer dúvida, envie mensagem para o número (98)98211-2930 ou para o e-mail: eliziane.bc@ufma.br

Sua opinião é muito importante para a pesquisa, desde já agradecemos pela contribuição.

Atenção:
Marque apenas
uma alternativa.

* Indica uma pergunta obrigatória

Você aceita participar da avaliação do material didático acessível? *

Marcar apenas uma oval.

Sim. Eu aceito participar da pesquisa e autorizo a divulgação das

informações, desde que o anonimato seja respeitado o anonimato.

Não quero participar

O material didático Caminhos para o Acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos tem o objetivo de disseminar a cultura de propriedade intelectual entre acadêmicos da Universidade Federal do Maranhão. Segue link para acessar o material didático <https://drive.google.com/file/d/1kr61kF3YnZfS6JjDxHth5NAMo-aynrzG/view?usp=sharing>

1 Possui qual tipo de deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Baixa visãoCegueira
- Visão Monocular
- Surdez
- Deficiência auditiva parcial
- Múltipla

2 O material promove acessibilidade comunicacional *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

3 Promove a compreensão do conteúdo *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

4 O material didático é apresentado de forma dinâmica *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

5 O tema abordado é relevante para sua formação *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

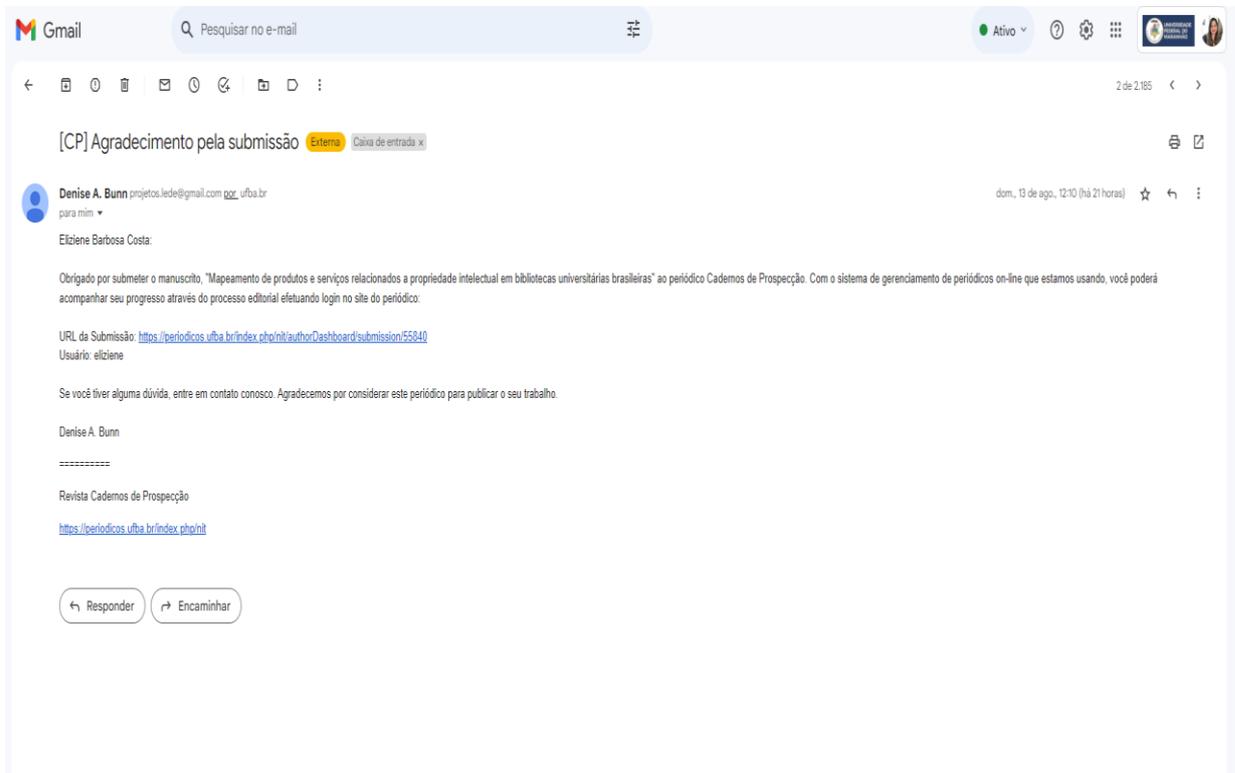
6 Sugestões

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXOS

ANEXO A – Submissão de artigo em periódico qualis B2



Gmail interface showing an email from Denise A. Bunn (projeto.lede@gmail.com) to Eliziane Barbosa Costa. The subject is "[CP] Agradecimento pela submissão". The email content includes a thank you message for submitting a manuscript to the journal "Cadernos de Prospecção" and provides the submission URL: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ni/authorDashboard/submission/55840>. The user is identified as "eliziane". The email is dated "dom., 13 de ago., 12:10 (há 21 horas)".

[CP] Agradecimento pela submissão Externos Caixa de entrada x

Denise A. Bunn projeto.lede@gmail.com ggr ufba.br
para mim ▾ dom., 13 de ago., 12:10 (há 21 horas) ☆ ↶ ⋮

Eliziane Barbosa Costa:

Obrigado por submeter o manuscrito, "Mapeamento de produtos e serviços relacionados a propriedade intelectual em bibliotecas universitárias brasileiras" ao periódico Cadernos de Prospecção. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ni/authorDashboard/submission/55840>
Usuário: eliziane

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Denise A. Bunn
=====

Revista Cadernos de Prospecção
<https://periodicos.ufba.br/index.php/ni>

↶ Responder ↷ Encaminhar

ANEXO B – Declaração de cumprimento da demanda do produto



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO
Diretoria Integrada de Bibliotecas
Divisão de Atendimento ao Usuário

DECLARAÇÃO

Declaro, por meio deste expediente, o cumprimento da demanda originada pela Diretoria Integrada Integrada de Bibliotecas, por meio do processo SEI nº 23115.011612/2022-50 que se concretizou pela entrega do material didático digital: "Caminhos para o acesso à propriedade intelectual: passos básicos para acadêmicos", elaborado pela bibliotecária Eliziane Barbosa Costa (matrícula 2074363), com orientação do Professor Dr. Jefferson Almeida Rocha e coorientação da Dra Suênica Oliveira Mendes, como produto final do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT). O material didático é voltado aos usuários com deficiência visual e auditiva e será disponibilizado por meio do canal do Youtube da Diretoria Integrada de Bibliotecas – DIB/UFMA.

São Luís, 08 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente
 GRACELYNE OLIVEIRA SANTOS
Data: 08/08/2023 13:54:26-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Gracelyne Oliveira Santos
Chefe da Divisão de Atendimento ao Usuário
Mat. SIAPE 2526789

ANEXO C – Solicitação de registro de direito autoral

Portal de Serviços

Buscar

Olá, Eliziane Barbosa Costa | Minhas Solicitações | Meus Compromissos | Meu Cadastro | Consultar Processos

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [MINHAS SOLICITAÇÕES](#) > [MTUR] REGISTRAR OBRA NA BIBLIOTECA NACIONAL

[MTUR] Registrar Obra na Biblioteca Nacional

Fases do atendimento

✓
 Solicitação

✓
 Ajustes

3
Análise

4
 Resultado

Informações da requisição

(*) Campos de preenchimento obrigatório.

N.º do Protocolo da Solicitação
000984.0042483/2023

Nome
Eliziane Barbosa Costa

Tipo de Solicitação
Registro de obra ou Averbação

Formulário de Requerimento para registro ou averbação

Tipo de solicitação

Requerimento para registro

Informações sobre a obra intelectual

Título da Obra
CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTUAL- PASSOS BÁSICOS PARA ACADÊMICOS

Gênero da Obra
Roteiro (audiovisual)

A OBRA intelectual é

Inédita

N.º total de páginas da Obra
18

Requerentes

Tipo de requerente	Nome/Razão Social	N.º Identidade	Órgão expedidor	Data de Nascimento	CF
Pessoa Física	Eliziane Barbosa Costa				
Pessoa Física	Jefferson Almeida Rocha				
Pessoa Física	Suênia Oliveira Mendes				

20 ▼ 1 - 3 de 3

ANEXO D – Resultado da avaliação do material didático pelo público-alvo

14/08/23, 08:55

Questionário para avaliar o material didático digital acessível: CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTU

Questionário para avaliar o material didático digital acessível: CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTUAL: passos básicos para acadêmicos

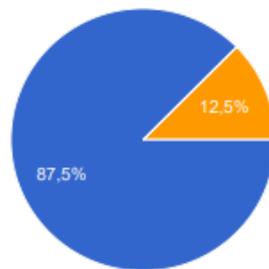
8 respostas

[Publicar análise](#)

Você aceita participar da avaliação do material didático acessível?

[Copiar](#)

8 respostas



- Sim. Eu aceito participar da pesquisa e autorizo a divulgação das informações, desde que o anonimato seja respeitado o anonimato.
- Não quero participar
- Sim. Eu aceito participar da pesquisa e autorizo a divulgação das informações, desde que o anonimato seja respeitado o anonimato..

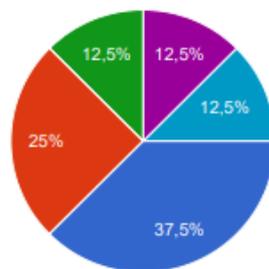
O material didático *Caminhos para o Acesso à Propriedade Intelectual: passos básicos para acadêmicos* tem o objetivo de disseminar a cultura de propriedade intelectual entre acadêmicos da Universidade Federal do Maranhão. Segue link para acessar o material didático

<https://drive.google.com/file/d/1kr61kF3YnZfS6JjDxHth5NAMo-aynrzG/view?usp=sharing>

1 Possui qual tipo de deficiência?

[Copiar](#)

8 respostas



- Baixa visão
- Cegueira
- Visão Monocular
- Surdez
- Deficiência auditiva parcial
- Múltipla

https://docs.google.com/forms/d/1Sp6uOch_ZUPakwoMfk9vk85Nk.JIR2SbAj0dnam8ZKE4/viewanalytics

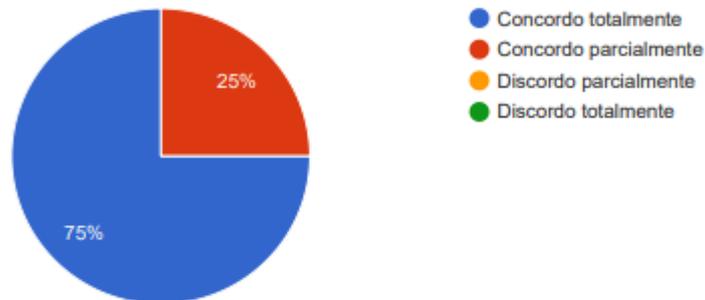
/08/23, 08:55

Questionário para avaliar o material didático digital acessível: CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTU

2 O material promove acessibilidade comunicacional

[Copiar](#)

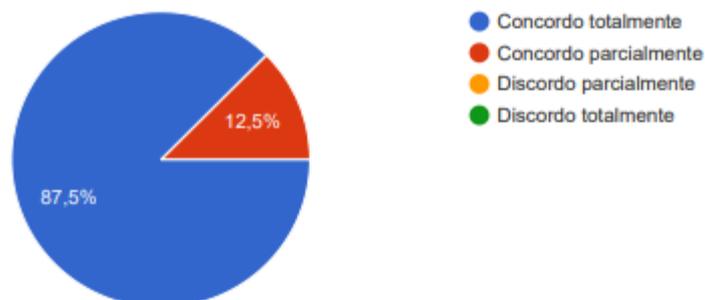
8 respostas



3 Promove a compreensão do conteúdo

[Copiar](#)

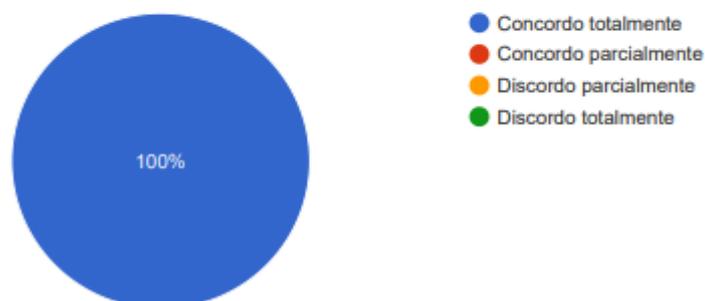
8 respostas



4 O material didático é apresentado de forma dinâmica

[Copiar](#)

8 respostas



14/08/23, 08:55

Questionário para avaliar o material didático digital acessível: CAMINHOS PARA O ACESSO À PROPRIEDADE INTELECTU...



6 Sugestões

O interprete de ocupar a totalidade da lateral esquerda e o texto na direita.

evite disparamento de frases, pois dispersa a atenção do surdo, que deve ficar voltada para o interprete.

3 respostas

Excelente

Que o material seja divulgado em diversas plataformas

SUGESTÃO:

Olá, sou deficiente visual (baixa visão) e tenho uma sugestão com relação a audiodescrição!

Antes de mais nada, parabéns pela sua iniciativa tão brilhante! Você não sabe o quanto essas produções acessíveis impactarão na realidade educacional dos estudantes com alguma deficiência.

Sobre a sugestão: Você tem um timbre e uma entonação dignos de ganhar um Oscar, parabéns! Ao elaborar um material audiovisual, você provavelmente escreveu um roteiro, certo? Não sei se você já teve contato com alguma série ou filme (da Netflix, por exemplo) onde há a presença da audiodescrição, mas é importante que esse momento descritivo seja encaixado em eventuais pausas na linha de fala principal:

"A propriedade intelectual é um item bastante relevante nas produções acadêmicas

| PAUSA NA FALA CENTRAL |

AD | volume mais baixo sem muita ênfase expressiva | tom neutro: na tela, surge a imagem de uma moça de pele clara, cabelos pretos encaracolados, usando óculos e lendo no livro de capa amarela com o título: "As a premissa do saber científico" | FIM DA PAUSA |

CONTINUAÇÃO: muitos pesquisadores cometem crimes ao não se fazer a devida referência bibliográfica ..."

Desta forma, podemos compreender com mais clareza a descrição colocada, bem como não perder o foco do tópico central!

Caso queira mais algum outro esclarecimento, favor procurar a diretoria de Acessibilidade!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



ANEXO E – Resultado da busca por universidades federais no sistema e-mec

Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

Resultado da Consulta Por : **Instituição de Ensino Superior**

Relatório Processado : 09/03/2023 - 10:49:08 Total de Registro(s) : 68

Ordem	Instituição(IES)	Sigla	Sítio
1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	UFGD	www.ufgd.edu.br
2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	UFCSPA	www.ufcspa.edu.br
3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	UNIR	www.unir.br
4	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	UFABC	www.ufabc.edu.br
5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPA)	UNIPAMPA	www.unipampa.edu.br
6	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	UFT	www.uft.edu.br
7	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	UNIVASF	https://www.portais.univast.edu.br/
8	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFILIADA (UNILAB)	UNILAB	www.unilab.edu.br
9	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	UNB	www.unb.br
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	UFBA	www.portal.ufba.br
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	UFFS	http://www.uffs.edu.br/
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNIL)	UNILA	http://www.unila.edu.br/
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	UFPB	www.ufpb.br
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	UFAL	www.ufal.edu.br
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	UNIFAL-MG	www.unifal-mg.edu.br
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	UFCG	www.ufcg.edu.br
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)	UFCAT	https://www.catalao.ufg.br/
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	UFG	www.ufg.br
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI (UNIFEI)	UNIFEI	www.unifei.edu.br
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ)	UFJ	
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	UFJF	www.ufjf.br
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	UFLA	www.ufla.br
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	UFMT	www.ufmt.br
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	UFMS	www.ufms.br
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	UFMG	http://www.ufmg.br
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	UFOP	www.ufop.br
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	UFPEL	www.ufpel.edu.br
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	UFPE	www.ufpe.br
29	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	UFR	
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	UFRR	www.ufrr.br
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	UFSC	www.ufsc.br
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	UFSM	www.ufsm.br

33	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	UFSCAR	www.ufscar.br
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	UFSJ	http://www.ufsj.edu.br/
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	UNIFESP	www.unifesp.br
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	UFS	www.ufs.br
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	UFU	www.ufu.br
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	UFV	www.ufv.br
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	UFAC	http://www.ufac.br
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE)	UFAPE	www.ufape.edu.br
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	UNIFAP	www.unifap.br
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	UFAM	www.ufam.edu.br
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	UFCA	www.ufca.edu.br
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	UFC	www.ufc.br
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIIBA (UFDPAR)	UFDPAR	www.ufdpar.edu.br
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	UFES	www.ufes.br
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	UNIRIO	www.unirio.br
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	UFMA	www.ufma.br
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)	UFOB	https://www.ufob.edu.br
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	UFOPA	www.ufopa.edu.br
51	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	UFPA	www.ufpa.br
52	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	UFPR	www.ufpr.br
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	UFPI	www.ufpi.br
54	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	UFRB	www.ufrb.edu.br
55	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	UFRJ	www.ufrj.br
56	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	FURG	www.furg.br
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	UFRN	www.ufrn.br
58	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	UFRGS	www.ufrgs.br
59	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)	UFSB	www.ufsb.edu.br
60	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	UNIFESSPA	www.unifesspa.edu.br
61	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	UFVJM	www.ufvjm.edu.br
62	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	UFTM	www.uftm.edu.br
63	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	UFF	www.uff.br
64	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	UFRA	www.ufra.edu.br
65	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	UFRPE	www.ufrpe.br
66	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	UFRRJ	
67	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)	UFERSA	www.ufersa.edu.br
68	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	UTFPR	www.utfpr.edu.br